

**COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ -
COELCE**

Relatório do auditor independente

**Demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016**

COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ - COELCE

**Demonstrações contábeis regulatórias
Em 31 de dezembro de 2016**

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis regulatórias

Balancos regulatórios

Demonstrações do resultado regulatórias

Demonstrações do resultado abrangente regulatórias

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatórias

Demonstrações dos fluxos de caixa regulatórias

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis regulatórias

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REGULATÓRIAS

Aos
Acionistas, Conselheiros e Diretores da
Companhia Energética do Ceará - Coelce
Fortaleza - CE

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis regulatórias da **Companhia Energética do Ceará - Coelce** (“**Companhia**”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas pela administração com base no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE, aprovado pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL por meio da Resolução Normativa n° 605, de 11 de março de 2014.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis regulatórias acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Companhia Energética do Ceará - Coelce** em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias”. Somos independentes em relação à **Companhia Energética do Ceará - Coelce**, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase

Base de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias

Chamamos a atenção para a nota explicativa 4, às demonstrações contábeis regulatórias, que descreve a base de elaboração dessas demonstrações. As demonstrações contábeis regulatórias foram elaboradas para auxiliar a **Companhia Energética do Ceará - Coelce** a cumprir os requerimentos da ANEEL. Conseqüentemente, essas demonstrações contábeis regulatórias podem não ser adequadas para outro fim. Nossa opinião não está ressalvada em relação a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações contábeis regulatórias como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações contábeis e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

Reconhecimento de receita (Notas Explicativas nºs 4.8 e 24)

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber das atividades de venda de energia elétrica, sendo reconhecidas mensalmente com base na prestação do serviço. Os riscos observados referem-se:

- (i) Reconhecimento de receita fora de período de competência e/ou lançamento por erro ou fraude;
- (ii) Lançamento da fatura se dê por valores maiores do que o efetivamente estabelecido na tabela de preço vigente à época;
- (iii) Estimativa utilizada para o reconhecimento dos valores de eletricidade fornecidos aos consumidores entre a data da última leitura do medidor e o final do ano (“fornecimento não faturado”).

Provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas nºs 4.3 e 8)

As provisões para crédito de liquidação duvidosa são constituídas levando em consideração as normas regulamentares estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e são fundamentadas de acordo com política interna da Companhia.

Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de receita (Notas Explicativas nºs 4.8 e 24)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a conferência em detalhe dos critérios de reconhecimento de receitas que suportam o registro das faturas ao longo do exercício e confirmamos que estão consistentes de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE; efetuamos testes detalhados, com base em amostragem estatística, que compreendeu seleção dos lançamentos contábeis registrados no faturamento, examinando faturas de energia e os respectivos pagamentos; efetuamos teste global de receita de venda de energia elétrica; confrontamos com a tabela vigente aplicável ao ciclo tarifário e para a receita estimada (“fornecimento não faturado”) realizamos procedimentos analíticos utilizando dados reais para nos permitir definir as expectativas quanto ao nível estimado de receita comparando isso com a estimativa da Companhia. Nós também avaliamos os pressupostos da Companhia relativos ao volume e preço utilizado na determinação do nível de receita estimada e a sua adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Resposta da auditoria ao assunto de provisão para créditos de liquidação duvidosa (Notas Explicativas nºs 4.3 e 8)

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação da estimativa definida pela Administração para constituição de provisão para créditos de liquidação duvidosa, realização de recálculo matemático da referida provisão e desafiamos o julgamento da Administração decorrente a estimativa definida onde foram totalizados todos os créditos, independente se vencidos ou a vencer, dos consumidores com faturas registradas como provisão para crédito de liquidação duvidosa (“efeito arrasto”). Avaliamos esse total como parte de nossa avaliação de risco de distorções significativas nas demonstrações contábeis regulatórias.

Reconhecimento de ativos e passivos regulatórios (Notas Explicativas nºs 4.11.1 e 12)

As receitas de energia elétrica das distribuidoras devem considerar uma tarifa (após revisão e homologação da ANEEL) capaz de garantir o equilíbrio econômico-financeiro da concessão. Em virtude disso, a Companhia registra ativos e/ou passivos regulatórios decorrente da diferença entre os custos incorridos e o valor da tarifa recebida no último no reajuste tarifário (cobertura tarifária). Em virtude da complexidade e detalhes específicos aplicáveis ao setor elétrico, a Companhia possui risco quanto a adequada mensuração e contabilização dos ativos e passivos regulatórios.

Avaliação de perda por impairment de ativo imobilizado e intangível (Notas Explicativas nºs 13 e 14)

A Companhia possui registrado ativo imobilizado e intangível nos montantes de R\$ 3.053.084 mil e R\$ 114.909, respectivamente, em 31 de dezembro de 2016. A Administração avalia, no mínimo anualmente, o risco de *impairment* desses ativos, baseado no método do valor em uso ou em modelo financeiro de fluxo de caixa descontado, o qual exige que a Administração adote algumas premissas baseadas em informações geradas por seus relatórios internos, no qual envolve julgamento significativo sobre os resultados futuros do negócio, em que qualquer ajuste nas premissas utilizadas pode gerar efeitos significativos na avaliação e impactos nas demonstrações contábeis regulatórias da Companhia tomadas em conjunto.

Resposta da auditoria ao assunto de reconhecimento de ativos e passivos regulatórios (Notas Explicativas nºs 4.11.1 e 12)

Os nossos procedimentos de auditoria consideraram a avaliação dos ativos e passivos regulatórios registrados com base nas regulamentações expedidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº 12 às demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Resposta da auditoria ao assunto de avaliação de perda por impairment de ativo imobilizado e intangível (Notas Explicativas nºs 13 e 14)

Nossos procedimentos de auditoria incluíram a avaliação das previsões de fluxo de caixa futuro da unidade geradora de caixa (CGU) preparadas pela Administração e o processo usado na sua elaboração, inclusive a comparação com os seus planos mais recentes de negócios. Questionamos as principais premissas da Administração para as taxas de crescimento de longo prazo nas previsões, por meio da comparação com previsões econômicas e setoriais, e a taxa de desconto, avaliando o custo de capital para a Companhia. Ao determinarmos a extensão de mudanças nas premissas que seriam necessárias individual ou coletivamente, para resultar em *impairment* do ativo imobilizado e intangível, consideramos a probabilidade de ocorrência dessas alterações nas principais premissas. Avaliamos também a adequada divulgação nas notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

**Reconhecimento de benefícios pós emprego
(Nota Explicativa nº 18)**

A Companhia possui benefícios pós-emprego no qual a obrigação é calculada com base na estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados. Em virtude da complexidade e subjetividade na estimativa decorrente da avaliação atuarial dos planos de saúde e benefício, a Companhia possui risco quanto à adequada mensuração e contabilização dos passivos decorrente a benefícios pós-emprego.

**Resposta da auditoria ao assunto de
Reconhecimento de benefícios pós emprego
(Nota Explicativa nº 18)**

Os nossos procedimentos de auditoria incluíram o envolvimento de especialista atuarial na revisão da estimativa e metodologia utilizada para cálculo dos benefícios e a aplicação de testes detalhados de inspeção, com base em amostragem, das bases que suportam os registros contábeis realizados. Assim como a revisão da adequada divulgação da nota explicativa nº 18 às demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o Manual de Contabilidade do Setor Elétrico - MCSE.

Outros assuntos

Demonstrações contábeis societárias

A **Companhia Energética do Ceará - Coelce** preparou um conjunto de demonstrações contábeis para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), sobre o qual emitimos relatório de auditoria independente separado, com data de 6 de fevereiro de 2017.

Demonstrações contábeis regulatórias correspondentes

As demonstrações contábeis regulatórias de 31 de dezembro de 2015, apresentadas para fins de comparabilidade, foram examinadas por outros auditores independentes, com relatório emitido em 29 de abril de 2016, sem modificações.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis regulatórias e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis regulatórias, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis regulatórias ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis regulatórias

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis regulatórias de acordo com o MCSE e pelos controles internos que a Administração determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações contábeis regulatórias livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis regulatórias, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis regulatórias.

Responsabilidade dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis regulatórias

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis regulatórias, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis regulatórias.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis regulatórias, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis regulatórias, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações contábeis das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações contábeis regulatórias. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração e os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 28 de abril de 2017.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 CE 001465/F-4


Jairo da Rocha Soares
Contador CRC 1 SP 120458/O-6 -S- CE

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Balancos patrimoniais regulatório
 31 de dezembro de 2016
 (Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	6	168.127	57.230
Títulos e valores mobiliários	7	2.408	7.262
Consumidores	8	799.536	766.333
Ativos financeiros setoriais	12	158.789	330.524
Subvenção CDE - desconto tarifário	9	271.330	259.489
Cauções e depósitos		44.562	24.888
Tributos a compensar	10	81.166	74.345
Serviço em curso		66.440	55.982
Instrumentos financeiros derivativos - swap		-	3.156
Outros créditos		84.827	87.328
Total do ativo circulante		1.677.185	1.666.537
Não circulante			
Consumidores	8	5.861	10.845
Ativos financeiros setoriais	12	166.607	275.774
Depósitos judiciais	21	37.800	41.844
Cauções e depósitos		26.986	25.831
Tributos a compensar	10	32.364	28.841
Tributos diferidos	26	165.626	166.533
Outros créditos		1.618	1.168
Investimentos		5.752	5.839
Imobilizado	13	3.053.094	2.785.392
Intangível	14	114.909	88.708
Bens e atividades não vinculadas a concessão do serviço público	11	49.240	56.606
Total do ativo não circulante		3.659.857	3.487.381
Total do ativo		5.337.042	5.153.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Passivo			
Circulante			
Fornecedores	15	497.299	511.155
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	384.031	395.797
Salários, provisões e encargos sociais		47.749	40.621
Obrigações fiscais	16	142.579	113.688
Dividendos a pagar		78.016	72.667
Taxas regulamentares	19	304.886	152.267
Benefícios pós-emprego	18	2.974	2.040
Outras obrigações		49.670	69.104
Passivos financeiros setoriais	12	49.745	130.291
Total do passivo circulante		1.556.949	1.487.630
Não circulante			
Fornecedores	15	8	6.765
Empréstimos, financiamentos e debêntures	17	695.660	901.531
Obrigações fiscais	16	12.770	14.135
Taxas regulamentares	19	66.079	49.967
Benefícios pós-emprego	18	93.748	85.396
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	21	186.782	188.806
Outras obrigações		545	734
Tributos diferidos	26	108.160	120.385
Passivos financeiros setoriais	12	232.912	172.337
Total do passivo não circulante		1.396.664	1.540.056
Patrimônio líquido			
Capital social	23	554.946	442.946
Reservas de capital		358.671	358.671
Reservas de lucros		1.201.871	1.113.899
Outros resultados abrangentes		-	1.700
Reserva de reavaliação regulatória		190.391	209.016
Proposta de distribuição de dividendos adicionais		77.550	-
Total do patrimônio líquido		2.383.429	2.126.232
Total do passivo e patrimônio líquido		5.337.042	5.153.918

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Demonstrações do resultado regulatório
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais, exceto lucro por ação expresso em reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receita / ingresso			
Fornecimento de energia elétrica		5.499.633	5.225.393
Disponibilização do sistema de transmissão e Distribuição		132.426	100.909
Outras receitas vinculadas		528.442	484.154
Ativos e passivos regulatórios		<u>(202.300)</u>	<u>111.096</u>
	24	<u>5.958.201</u>	<u>5.921.552</u>
Deduções da receita bruta			
Tributos e encargos			
ICMS		(1.320.675)	(1.231.703)
PIS-PASEP		(97.114)	(102.600)
Cofins		(447.311)	(472.537)
ISS		(328)	(204)
Programa de eficiência energética - PEE		(19.790)	(16.079)
Conta de desenvolvimento energético - CDE		(373.482)	(340.375)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(19.790)	(16.080)
Taxa de fiscalização		(5.516)	(4.772)
Outros encargos		<u>(80.566)</u>	<u>(466.651)</u>
		<u>(2.364.572)</u>	<u>(2.651.001)</u>
Receita líquida / ingresso líquido		<u>3.593.629</u>	<u>3.270.551</u>
Custos não gerenciáveis - parcela "A"			
Energia elétrica comprada para revenda		(2.051.697)	(1.971.529)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição		<u>(174.224)</u>	<u>(95.252)</u>
		<u>(2.225.921)</u>	<u>(2.066.781)</u>
Resultado antes dos custos gerenciáveis		<u>1.367.708</u>	<u>1.203.770</u>
Custos gerenciáveis - parcela "B"			
Pessoal e administradores	25	(152.734)	(171.001)
Serviços de terceiros		(294.530)	(231.270)
Material		(18.991)	(45.719)
Arrendamentos e aluguéis		(13.021)	(15.141)
Seguros		(2.972)	(2.290)
Doações, contribuições e subvenções		(2.690)	(1.803)
Provisão créditos de liquidação duvidosa		(129.050)	(29.465)
Outras Provisões		(13.148)	(18.521)
Tributos		(828)	(727)
Depreciação e Amortização		(191.570)	(168.383)
Outros despesas operacionais		<u>(69.495)</u>	<u>(48.292)</u>
		<u>(889.029)</u>	<u>(732.612)</u>
Resultado da atividade		<u>478.679</u>	<u>471.158</u>
Resultado financeiro			
Receitas financeiras	27	147.966	157.484
Despesas financeiras	27	(228.556)	(273.067)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro		<u>398.089</u>	<u>355.575</u>
Imposto de renda	26	(18.868)	(12.439)
Contribuição social	26	<u>(37.376)</u>	<u>(32.050)</u>
Lucro líquido do exercício		<u>341.845</u>	<u>311.086</u>
Atribuível a:			
Acionistas Controladores		201.235	183.129
Acionistas Não Controladores		140.610	127.957
Lucro por ação originado das operações (em reais por milhares de ações)		4,3908	3,9957
Básico - lucro de operações			
Atribuíveis a acionistas controladores		2,5847	2,3522
Detentores de ações ordinárias		2,7109	2,4669
Detentores de ações preferencias - Classe A		1,5934	1,4500
Detentores de ações preferencias - Classe B		0,0865	0,0788
Diluído - lucro de operações			
Atribuíveis a acionistas controladores		2,5847	2,3522
Detentores de ações ordinárias		2,7109	2,4669
Detentores de ações preferencias - Classe A		1,5934	1,4500
Detentores de ações preferencias - Classe B		0,0865	0,0788

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Demonstrações do resultado abrangente regulatório
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	<u>Notas</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido do exercício		341.845	311.086
Outros resultados abrangentes			
Reserva de Reavaliação		-	131.662
Efeito de Imposto de Renda e Contribuição Social		-	(44.765)
Ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego (fundo de pensão)	17	(8.415)	314
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em benefícios pós-emprego (fundo de pensão)	26	2.861	(107)
Perda em instrumentos financeiros derivativos	17	(2.576)	(2.993)
Tributos diferidos sobre perda em instrumentos financeiros derivativos	26	876	1.017
Outros resultados abrangentes do exercício, líquidos de impostos		<u>334.591</u>	<u>396.214</u>
Atribuível aos:			
Acionistas controladores		196.965	233.241
Acionistas não controladores		137.626	162.973

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Demonstrações do fluxo de caixa regulatório
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	341.845	311.086
Ajustes por		
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	113.331	29.465
Depreciação e amortização	197.741	180.595
Juros e variações monetárias	147.258	157.611
Ativos e passivos financeiros setoriais	(8.547)	(45.047)
Valor residual de intangível e imobilizado	21.081	13.250
Tributos e contribuições social diferidos	(7.582)	(19.340)
Perda de recebíveis de clientes	15.719	-
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	43.451	47.017
Benefício fiscal	7.365	8.049
Obrigações com benefício pós-emprego	13.063	12.760
Programas de P&D e de eficiência energética	39.580	32.159
	<u>924.305</u>	<u>727.605</u>
(Aumento) diminuição em ativos operacionais:		
Consumidores	(174.059)	(270.630)
Subvenção CDE - desconto tarifário	(251.792)	(149.455)
Ativos financeiros setoriais	217.304	47.785
Tributos a compensar	(10.344)	7.972
Cauções e depósitos	(21.279)	(7.839)
Depósitos vinculados a litígios	4.044	-
Outros créditos	8.833	(19.689)
Aumento (diminuição) em passivos operacionais:		
Fornecedores	51.533	76.782
Salários, provisões e encargos sociais	7.128	(2.881)
Obrigações fiscais	28.826	43.897
Passivos financeiros setoriais	(19.971)	-
Taxas regulamentares	363.854	136.738
Obrigações com benefícios pós-emprego	(12.192)	(16.091)
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(45.475)	(41.402)
Outras obrigações	(9.121)	(58.498)
Caixa líquido aplicado pelas atividades operacionais	<u>137.289</u>	<u>(253.311)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aplicações no intangível e imobilizado	(512.641)	(426.880)
Títulos e valores mobiliários	4.854	4.193
Caixa líquido consumido pelas atividades de investimento	<u>(507.787)</u>	<u>(422.687)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento		
Captação de empréstimos e financiamentos	145.147	142.541
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	(198.783)	(103.207)
Pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos	(91.067)	(83.683)
Pagamentos de debêntures	(191.418)	(52.000)
Pagamentos de juros de debêntures	(33.444)	(35.852)
Parcelamento especial	(1.300)	(825)
Pagamento de dividendos	(72.045)	(41.785)
Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento	<u>(442.910)</u>	<u>(174.811)</u>
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	<u>110.897</u>	<u>(123.204)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	57.230	180.434
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	<u>168.127</u>	<u>57.230</u>
Aumento (redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	<u>110.897</u>	<u>(123.204)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido regulatório
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015
 (Em milhares de reais)

Notas	Reservas de capital				Reservas de lucros							Total
	Capital social	Reserva De ágio	Remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	Incentivo fiscal-ADENE	Legal	Incentivo fiscal-SUDENE	Reforço de capital de giro	Proposta de distribuição de dividendos adicional	Reserva de reavaliação regulatória	Outros resultados abrangentes	Lucros acumulados	
Saldos em 31 de dezembro de 2014 (Não auditado)	442.946	221.188	31.160	106.323	48.845	487.696	162.069	-	238.498	3.676	139.519	1.881.920
Ganho atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	314	-	314
Tributos diferidos s/ benefícios pós-empregado	26	-	-	-	-	-	-	-	-	(107)	-	(107)
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(207)	207	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.993)	-	(2.993)
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	26	-	-	-	-	-	-	-	-	1.017	-	1.017
Constituição da reserva de reavaliação 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	131.662	-	-	131.662
Realização da reserva de reavaliação 2015	-	-	-	-	-	-	17.620	-	(43.389)	-	27.716	1.947
Tributo diferido sobre a realização da reserva de reavaliação 2015	-	-	-	-	-	-	-	-	8.761	-	(8.761)	-
Passivo diferido 2012-2015	-	-	-	-	-	-	-	-	(126.516)	-	-	(126.516)
Lucro líquido do exercício	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	311.086	311.086
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	23	-	-	-	-	74.679	-	-	-	-	(74.679)	-
Dividendo mínimo obrigatório	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(72.098)	(72.098)
Reserva de reforço de capital de giro	23	-	-	-	-	-	322.990	-	-	-	(322.990)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2015	442.946	221.188	31.160	106.323	48.845	562.375	502.679	-	209.016	1.700	-	2.126.232
Aumento de capital	112.000	-	-	-	-	-	(112.000)	-	-	-	-	-
Perda atuarial em benefícios pós-emprego	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(8.415)	-	(8.415)
Tributos diferidos s/ benefícios pós-empregado	26	-	-	-	-	-	-	-	-	2.861	-	2.861
Transferência para lucros acumulados	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.554	(5.554)	-
Perda de instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.576)	-	(2.576)
Tributos diferidos s/ instrumentos financeiros derivativos - Swap	26	-	-	-	-	-	-	-	-	876	-	876
Constituição da reserva de reavaliação 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	(28.219)	-	28.219	-
Realização da reserva de reavaliação 2016	-	-	-	-	-	-	-	-	9.594	-	(9.594)	-
Lucro líquido do exercício	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	341.845	341.845
Reserva de lucros-incentivo fiscal-SUDENE	23	-	-	-	-	83.012	-	-	-	-	(83.012)	-
Dividendos expirados	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	156	156
Dividendo mínimo obrigatório	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(77.550)	(77.550)
Dividendos adicionais propostos	23	-	-	-	-	-	-	77.550	-	-	(77.550)	-
Reserva de reforço de capital de giro	23	-	-	-	-	-	116.960	-	-	-	(116.960)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	554.946	221.188	31.160	106.323	48.845	645.387	507.639	77.550	190.391	-	-	2.383.429

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis regulatórias.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações Gerais

A Companhia Energética do Ceará - Coelce ("Companhia"), sociedade por ações de capital aberto registrada na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros com sede na Rua Padre Valdevino, nº 150, Fortaleza, Ceará, controlada pela Enel Brasil S.A. é uma concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia - MME.

A Companhia tem como área de concessão 184 municípios cearenses, o qual é regulado pelo contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, com vencimento em dezembro de 2028.

Em 28 de abril de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis regulatórias, submetendo-as nesta data à aprovação do Conselho de Administração e ao exame do Conselho Fiscal.

Com base na proposta do Conselho de Administração e na opinião do Conselho Fiscal, tais demonstrações contábeis serão submetidas à aprovação dos acionistas da Companhia.

2. Setor elétrico no Brasil

O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia ("MME"), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL").

O fornecimento de energia elétrica a varejo é efetuado de acordo com o previsto nos contratos de concessão para geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Outorgada está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis ("Custos da Parcela A"); e (2) parcela de custos operacionais ("Custos da Parcela B"). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Outorgada, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B ("Ajuste Escalar") para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente, aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e B mencionados anteriormente, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação.

Como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Outorgada pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos por meio de aumentos tarifários específicos. Quando a Outorgada solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica. Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais.

Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

3. Base de preparação e apresentação das Demonstrações Contábeis Regulatórias

As Demonstrações Contábeis Regulatórias foram preparadas de acordo com as normas, procedimentos e diretrizes emitidos pelo Órgão Regulador e conforme as políticas contábeis estabelecidas na declaração de práticas contábeis. Essas demonstrações foram preparadas em consonância com as orientações emitidas pelo Órgão Regulador. As demonstrações contábeis para fins regulatórios são separadas das demonstrações contábeis estatutárias societárias da Companhia. Há diferenças entre as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e a base de preparação das informações previstas nas demonstrações para fins regulatórios, uma vez que as Instruções Contábeis para fins Regulatórios especificam um tratamento ou divulgação alternativos em certos aspectos.

Quando as Instruções Contábeis Regulatórias não tratam de uma questão contábil de forma específica, faz-se necessário seguir as práticas contábeis adotadas no Brasil. As informações financeiras regulatórias podem não representar necessariamente uma visão verdadeira e adequada do desempenho financeiro ou posição financeira e patrimonial das informações preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A preparação de demonstrações contábeis regulatórias requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração. Áreas consideradas significativas e que requerem maior nível de julgamento e estão sujeitas a estimativas incluem: imposto de renda e contribuição social diferidos, perda por redução ao valor recuperável de ativos financeiros, e provisões para riscos tributários, ambientais, cíveis e trabalhistas.

Adicionalmente, a Companhia considerou as orientações emanadas da Orientação Técnica OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na preparação das suas demonstrações contábeis regulatórias. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis regulatórias estão sendo evidenciadas, e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

Para melhor entendimento do leitor, as principais diferenças de práticas contábeis das demonstrações contábeis regulatórias para as demonstrações contábeis societárias estão adequadamente divulgadas e apresentadas na Nota 33.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

4. Principais práticas contábeis

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados, aquelas aplicáveis, de modo geral, em diferentes aspectos das demonstrações contábeis regulatórias, estão descritas a seguir.

4.1. Conversão de saldos e transações em moeda estrangeira

As demonstrações contábeis regulatórias são preparadas em reais (R\$), moeda funcional de apresentação da Companhia. As transações em moeda estrangeira, ou seja, qualquer moeda diferente da moeda funcional, são registradas de acordo com as taxas de câmbio vigentes na data de cada transação. No final de cada período de relatório, os itens monetários em moeda estrangeira são reconvertidos pelas taxas vigentes no fim do exercício. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

4.2. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica os instrumentos financeiros de acordo com a finalidade para qual foram adquiridos, e determina a classificação no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros

Ativos financeiros são classificados como ativos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e recebíveis, investimentos mantidos até o vencimento, ativos financeiros disponíveis para venda, ou derivativos classificados como instrumentos de hedge eficazes, conforme a situação. A Companhia determina a classificação dos seus ativos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial, quando ele se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Desreconhecimento (baixa) dos ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado quando:

- ▶ Os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem;
- ▶ A Companhia transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasse”; e (i) a Companhia transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios do ativo, ou (ii) a Companhia não transferiu nem reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre o ativo.

Redução do valor recuperável de ativos financeiros

A Companhia avalia nas datas do balanço se há alguma evidência objetiva que determine se o ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, não é recuperável.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

Um ativo financeiro, ou grupo de ativos financeiros, é considerado como não recuperável se, e somente se, houver evidência objetiva de ausência de recuperabilidade como resultado de um ou mais eventos que tenham acontecido depois do reconhecimento inicial do ativo (“um evento de perda” incorrido) e este evento de perda tenha impacto no fluxo de caixa futuro estimado do ativo financeiro, ou do grupo de ativos financeiros, que possa ser razoavelmente estimado.

b) Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros a valor justo por meio do resultado, empréstimos e financiamentos, ou como derivativos classificados como instrumentos de hedge, conforme o caso. A Companhia determina a classificação dos seus passivos financeiros no momento do seu reconhecimento inicial.

Passivos financeiros são inicialmente reconhecidos a valor justo deduzido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Desreconhecimento (baixa) dos passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

c) Hedge de fluxo de caixa

Fornece proteção contra a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado.

No reconhecimento inicial de uma relação de hedge, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de hedge à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de hedge, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da administração para levar a efeito o hedge. A documentação inclui a identificação do instrumento de hedge, o item ou transação objeto de hedge, a natureza do risco objeto de hedge, a natureza dos riscos excluídos da relação de hedge, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de hedge e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de hedge para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de hedge ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de hedge. Quanto ao hedge de fluxos de caixa, a demonstração do caráter altamente provável da transação prevista objeto do hedge, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de hedge do patrimônio líquido para o resultado, são também incluídos na documentação da relação de hedge. Espera-se que esses hedges sejam altamente eficazes para compensar mudanças no valor justo ou fluxos de caixa, sendo permanentemente avaliados para verificar se foram, de forma efetiva, altamente eficaz ao longo de todos os períodos-base para os quais foram destinados.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Se o instrumento de hedge expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem (como parte da estratégia de hedging), ou se a sua classificação como hedge for revogada, ou quando a cobertura deixar de cumprir os critérios de contabilização de hedge, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidos no resultado abrangente permanecem separadamente no patrimônio líquido até que a transação prevista ocorra ou o compromisso firme seja cumprido.

d) Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquidos no balanço patrimonial se, e somente se, houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

4.3. Provisão para créditos de liquidação duvidosa

É calculada com base nos valores de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos.

4.4. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos correntes e diferidos. Os impostos corrente e diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

a) Imposto corrente

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data do balanço.

O imposto corrente ativo e passivo são compensados somente se a Companhia tiver o direito legal executável para compensar os valores reconhecidos e pretender liquidar em bases líquidas, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Imposto diferido

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Estes ativos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável.

O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data do balanço, de forma a refletir as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos.

O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil.

4.5. Benefício a empregados - Planos de benefício definido

A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercício anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado.

O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração quaisquer exigências de custeio mínimas aplicáveis, incluindo contratos de dívidas assumidas pela companhia com os planos.

As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais sobre as obrigações, o retorno dos ativos do plano (excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos) e o efeito do teto do ativo (se houver, excluindo os valores considerados no custo dos juros líquidos), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. A Companhia determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo de benefício definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado do exercício, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.6. Provisão para tributários, cíveis e trabalhistas

As provisões para contingências (trabalhista, cíveis e tributárias) são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e o valor tiver sido estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes de impostos, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

4.7. Subvenções governamentais

Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver razoável certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. Quando o benefício se referir a um ativo, é reconhecido como receita diferida e registrada no resultado em valores iguais ao longo da vida útil esperada do correspondente ativo.

A Companhia goza de incentivo fiscal (benefício SUDENE) de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição até o ano-base de 2016. Os valores correspondentes à redução do imposto de renda são contabilizados como redução das correspondentes despesas de impostos no resultado do exercício e posteriormente transferido para o patrimônio líquido na conta "Reserva de Incentivo Fiscal".

4.8. Receita

a) Vendas de serviços

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência e são reconhecidas por ocasião do consumo de energia ou por ocasião da prestação de serviços. As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada, ii) o valor pode ser mensurado com segurança, iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia, e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

b) Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre fundos investidos e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado. A receita de juros é reconhecida no resultado conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto.

Para todos os instrumentos financeiros avaliados ao custo amortizado e ativos financeiros que rendem juros, classificados como disponíveis para venda, a receita ou despesa financeira é contabilizada utilizando-se a taxa de juros efetiva. A receita de juros é incluída na rubrica receita financeira, na demonstração do resultado.

4.9. Resultado por ação

A Companhia efetua os cálculos do lucro por ação básico e diluído utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33. O lucro básico por ação é calculado pela divisão do lucro líquido do exercício pela média ponderada da quantidade de ações emitidas. O lucro básico por ação equivale ao lucro por ação diluído, haja vista que não há instrumentos financeiros com potencial dilutivo. Os resultados por ação de exercícios anteriores são ajustados retroativamente, quando aplicável, para refletir eventuais capitalizações de bônus, agrupamentos ou desdobramentos de ações.

4.10. Pronunciamentos emitidos mas que não estavam em vigor em 31 de dezembro de 2016

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2016. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis regulatórias. A Companhia pretende adotar essas normas, se aplicável, quando entrarem em vigência.

Normas, interpretações e alterações	Aplicação obrigatória para:
<hr/> <p>Iniciativa de Divulgação: Alterações ao CPC 26 / IAS 7</p> <p><i>As alterações requerem divulgações adicionais que permitam aos usuários das demonstrações financeiras entender e avaliar as mudanças nos passivos decorrentes de atividades de financiamento, tanto mudanças decorrentes de fluxos de caixa quanto outras mudanças.</i></p> <hr/>	<hr/> <p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.</p> <hr/>
<hr/> <p>Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas - Alterações ao CPC 32 / IAS 12</p> <p><i>As alterações esclarecem a contabilização de impostos diferidos ativos para perdas não realizadas em instrumentos de dívida mensurados a valor justo.</i></p> <hr/>	<hr/> <p>Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2017.</p> <hr/>

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

IFRS 9: Instrumentos Financeiros

Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 – Instrumentos Financeiros e que completa o projeto do IASB para substituir o IAS 39 – “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração”. Esse projeto foi dividido em 3 fases:

As principais mudanças previstas são: (i) todos os ativos financeiros devem ser, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor justo; (ii) segregação dos ativos financeiros em: custo amortizado e valor justo; (iii) extinção do conceito de derivativos embutidos.

Essa versão final do IFRS 9 substitui a versão anterior da norma.

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

IFRS 15: Receita de contratos com clientes

Esta nova norma é aplicável a todos os contratos com clientes exceto leases, instrumentos financeiros e contratos de seguro. O objetivo é tornar a informação financeira mais comparável e prover um novo modelo para o reconhecimento de receitas e requerimentos mais detalhados para contratos com múltiplas obrigações. Também requer uma informação mais detalhada. Essa norma substitui as normas IAS 11 e IAS 18 assim como suas interpretações (IFRIC 13, IFRIC 15, IFRIC 18 e SIC 31)

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2018.

IFRS 16 Leases – Arrendamentos

IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil

Períodos anuais iniciados em 1º de Janeiro de 2019.

A Companhia está avaliando os impactos da aplicação do IFRS 9 e IFRS 15 a partir da sua data efetiva. Na opinião da administração a expectativa é que a aplicação das demais normas e alterações pendentes de serem aplicadas não deverá ter um efeito significativo nas demonstrações contábeis regulatórias.

4.11. Demonstrações contábeis regulatórias

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL promoveu a revisão das normas e procedimentos contidos no Plano de Contas do Serviço Público de Energia Elétrica, instituindo um documento denominado de Manual de Contabilidade do Setor Elétrico, contendo o plano de contas, instruções contábeis e roteiro para divulgação de informações econômicas, financeiras e socioambientais resultando em importantes alterações nas práticas contábeis e de divulgação, até então aplicáveis, às empresas do setor. As normas contidas no referido Manual são de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2015.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As práticas contábeis utilizadas são as mesmas adotadas nas demonstrações contábeis societárias apresentadas nas páginas 12 a 21, exceto quanto ao que se estabelece abaixo:

4.11.1 Ativos e passivos regulatórios

O mecanismo de determinação das tarifas no Brasil garante a recuperação de determinados custos relacionados à compra de energia e encargos regulatórios por meio de repasse anual. Seguindo orientação do Órgão Regulador, as variações destes custos como ativos e passivos regulatórios, quando existe uma expectativa provável de que a receita futura, equivalente aos custos incorridos, será faturada e cobrada, como resultado direto do repasse dos custos em uma tarifa ajustada de acordo com a fórmula paramétrica definida no contrato de concessão. Os ativos e passivos regulatórios serão realizados quando o poder concedente autorizar o repasse na base tarifária da Companhia, ajustada anualmente na data de aniversário do seu contrato de concessão.

4.11.2 Imobilizado

a) Imobilizado em serviço

Registrado ao custo de aquisição ou construção, acrescidos do valor de reavaliação mensurada pela metodologia do Valor Novo de Reposição – VNR. A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, calculada pelo método linear, baseada na vida útil definida pelo órgão regulador. As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, a Companhia reconhece essas partes como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo é incluído na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado. O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido no resultado do exercício.

b) Imobilizado em curso

Os gastos de administração central capitalizáveis são apropriados, mensalmente, às imobilizações em bases proporcionais. A alocação dos dispêndios diretos com pessoal mais os serviços de terceiros, bem como parte dos custos da administração central. Estes custos são recuperados por meio do mecanismo de revisão e preços, gerando benefícios econômicos futuros para a Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

4.11.3 Intangível

Registrado ao custo de aquisição ou realização deduzido da amortização acumulada. A amortização, quando for o caso, é calculada pelo método linear, baseada na vida útil estimada dos itens.

A amortização do ativo intangível reflete o padrão em que se espera que os benefícios econômicos futuros do ativo sejam consumidos pela Companhia. O padrão de consumo dos ativos tem relação com sua vida útil econômica nas quais os ativos construídos pela Companhia integram a base de cálculo para mensuração da tarifa de prestação dos serviços de concessão.

As vidas úteis estimadas seguem as taxas especificadas na Resolução ANEEL nº 674, de 11 de agosto de 2015.

4.11.4 Obrigações especiais vinculadas à concessão

Estão representadas pelos valores nominais ou bens recebidos de consumidores das concessionárias, para realização de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, deduzidos da depreciação acumulada. A amortização é calculada pela taxa média dos ativos correspondentes a essas obrigações, conforme legislação vigente.

4.11.5 Reserva de reavaliação

Para fins da contabilidade societária, a Lei nº 11.638/2007 permitiu a manutenção dos saldos de reservas de reavaliação existentes em 31 de dezembro de 2009 até a sua efetiva realização. A reavaliação compulsória foi estabelecida pela ANEEL para os bens do ativo imobilizado ou intangível os quais estão vinculados ao serviço concedido.

A reavaliação é realizada proporcionalmente à depreciação/amortização, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social.

4.11.6 Reconhecimento de receita

A Companhia reconhece a receita de serviços quando: i) a proporção dos serviços executados até a data do balanço puder ser confiavelmente mensurada; ii) o valor pode ser mensurado com segurança; iii) seja provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia; e iv) as despesas incorridas com a transação assim como as despesas para concluí-la possam ser confiavelmente mensuradas. Não se considera que o valor da receita seja mensurável com segurança até que todas as condições relacionadas à sua prestação estejam atendidas.

A receita referente à prestação de serviços é registrada no momento em que o serviço foi efetivamente prestado, regido por contrato de prestação de serviços entre as partes.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

As receitas de serviços de distribuição de energia não faturadas, cujo o serviço foi prestado, são reconhecidas como contas a receber de clientes a faturar, tendo por base o consumo médio diário de cada cliente, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações contábeis regulatórias, de forma que as receitas se contraponham aos custos em sua correta competência.

5. Alterações e atualizações na legislação regulatória e fiscal

a) Bandeiras tarifárias

Em janeiro de 2015 iniciou a cobrança adicional de tarifa aplicado a todos os consumidores cativos em função das condições de geração de energia, buscando reduzir os eventuais descompassos entre os custos reais de compra de energia por parte das distribuidoras e suas respectivas coberturas tarifárias. Ao longo de 2015 vigorou a bandeira vermelha.

Por meio da Resolução Homologatória nº 2.016, de 26 de janeiro de 2016, e decorrente da Audiência Pública 081/15, a ANEEL estabeleceu uma nova faixa de bandeira tarifária, resultando em quatro faixas: vermelha – patamar 2, cujo acréscimo na tarifa de energia é de R\$45/MWh, vermelha – patamar 1, com acréscimo de R\$30/MWh, amarela, com acréscimo de R\$15/MWh e verde, sem acréscimo.

A evolução positiva do período úmido de 2016, recompôs os reservatórios das hidrelétricas, aliada a aumento de energia disponível, redução de demanda e adição de novas usinas ao sistema elétrico brasileiro, possibilitou a mudança das bandeiras tarifárias nos últimos meses. A partir de abril de 2016, a bandeira tarifária passou a ser verde.

b) Sobrecontratação de energia

Em março de 2016, a ANEEL abriu a Audiência Pública nº 012, com o objetivo de obter subsídios para a definição de mecanismos de adequação dos níveis de contratação de energia via acordos bilaterais, entre distribuidoras e geradores de energia, visando minimizar impactos da sobrecontratação. Essa audiência resultou na Resolução Normativa nº 711, de 19 de abril de 2016, que estabelece os critérios sobre os quais será permitida a realização de tais acordos. Eles poderão envolver a redução temporária total ou parcial da energia contratada, redução permanente, porém parcial do contrato ou, ainda a rescisão do mesmo. A Companhia vem realizando acordos nos termos desta resolução, com o propósito de diminuir os impactos da sobrecontratação.

c) Descontos na CDE concedidos por liminar

O Despacho 1.576, de 14/06/2016, que revogou o Despacho 2.792, de 25/08/2015, determinou às distribuidoras que deduzam das cotas mensais da CDE, fixadas pela ANEEL, o efeito tarifário das liminares vigentes, conforme metodologia definida na Nota técnica nº 174/2016-SGT/ANEEL. Os efeitos tarifários das liminares vigentes, previstos no Despacho nº 1.576/2016, relativo ao período posterior a revisão tarifária, foram registrados como outras receitas - Subvenções Vinculadas ao Serviço Concedido em contra-partida do passivo, Conta de Desenvolvimento Energético – CDE. Para o montante correspondente a data de entrada em vigor do Despacho e a revisão tarifária, foi constituído um passivo financeiro.

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

d) Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Pesquisa e Eficiência Energética - PEE

A Lei nº 13.280, de 3/05/2016, alterou a aplicação dos recursos destinados a programas de eficiência energética devendo 20% dos recursos para eficiência energética serão destinados ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel, instituído pela Portaria Interministerial nº 1.877, de 30/12/1985.

A Resolução Normativa nº 737, de 27 de agosto de 2016, aprovou o Submódulo 5.6: Pesquisa e Desenvolvimento – P&D e Eficiência Energética – EE dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET, que regulamenta o cálculo dos valores a investir em P&D, EE, a recolher ao Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT, ao Ministério de Minas e Energia – MME e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – Procel.

6. Caixa e equivalentes de caixa

Descrição	31/12/2016	31/12/2015
Caixa e contas correntes bancárias	34.706	29.322
Aplicações financeiras		
CDB (Aplicações diretas)	108.697	-
Operações compromissadas	22.197	18.137
	130.894	18.137
Fundos exclusivos		
CDB (Fundos exclusivos)	35	1.654
Operações compromissadas (Fundos exclusivos)	2.492	8.117
	2.527	9.771
Aplicações financeiras	133.421	27.908
Total	168.127	57.230

O excedente de caixa da Companhia é aplicado de forma conservadora em ativos financeiros de baixo risco, com alta liquidez, sendo prontamente conversíveis em recursos disponíveis de acordo com as necessidades de caixa da Companhia em um valor conhecido e com risco insignificante de perda. As aplicações financeiras da Companhia buscam rentabilidade compatível às variações do CDI. Dada à natureza e característica das aplicações financeiras, as mesmas já estão reconhecidas pelo seu valor justo, em contrapartida ao resultado.

7. Títulos e valores mobiliários

	31/12/2016	31/12/2015
Fundos de investimentos exclusivos		
Títulos públicos	1.868	7.094
LF - Letra Financeira	540	168
Total	2.408	7.262

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

8. Consumidores

Classe de consumidores	Saldos			Valor bruto	
	Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90	31/12/2016	31/12/2015
Circulante					
Residencial	134.430	133.844	22.914	291.188	263.412
Industrial	28.784	12.160	53.105	94.049	94.774
Comercial	61.101	30.444	7.348	98.893	88.925
Rural	40.974	22.739	4.996	68.709	76.065
Poder público	26.417	21.648	5.015	53.080	42.329
Iluminação pública	11.212	4.079	1.667	16.958	10.560
Serviço público	10.814	4.728	2.496	18.038	16.620
Subtotal	313.732	229.642	97.541	640.915	592.685
Fornecimento não faturado	152.840	-	-	152.840	192.265
Consumidores baixa renda	34.968	-	-	34.968	28.308
Parcelamento de débitos	-	22.588	19.265	41.853	33.131
Outros contas a receber - RDS	2.533	3.331	33.749	39.613	33.531
Subtotal	504.073	255.561	150.555	910.189	879.920
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(80.720)	(80.720)	(113.587)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa - RDS	-	-	(29.933)	(29.933)	-
Total circulante	504.073	255.561	39.902	799.536	766.333
Não circulante					
Comercialização na CCEE	-	-	15.289	15.289	15.289
Parcelamento de débitos	-	-	7.982	7.982	12.586
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(17.410)	(17.410)	(17.030)
Total não circulante	-	-	5.861	5.861	10.845

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é a seguinte:

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/12/2015	Adições	Baixas	31/12/2016
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(130.617)	(107.639)	110.193	(128.063)
	(130.617)	(107.639)	110.193	(128.063)

A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base no histórico de perdas efetivas com os consumidores, existência de garantias reais para os clientes mais relevantes. Para os demais clientes, a Companhia utiliza o critério estabelecido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica emitido pela ANEEL, uma vez que entende ser este critério suficiente para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber.

O resultado de PCLD da companhia foi substancialmente afetado pelo reconhecimento de provisão sobre outros serviços complementares com valores vencidos a mais de 360 dias no montante de (R\$ 17.436). Adicionalmente para os clientes em processos de recuperação judicial, concordata ou processo falimentar estão sendo integralmente provisionadas (valores vencidos e a vencer) (R\$12.497).

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

9. Subvenção CDE - desconto tarifário

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Resolução homologatória 1.711/2014	74.489	74.489
Resolução homologatória 1.882/2015	90.419	188.630
Resolução homologatória 2.065/2016	100.679	-
Parcela de ajuste (estimativa)	(917)	(10.361)
Atualização monetária	6.660	6.731
	<u>271.330</u>	<u>259.489</u>

Valor a ser repassado pela Eletrobras, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são homologados pela ANEEL no processo de reajuste anual das distribuidoras.

a) Compensação da obrigação Encargo CDE x Valores a receber subsidio baixa renda - CDE

Os valores em aberto de novembro de 2014 até a presente data (Resoluções homologatórias 1.711, 1882 e 2.065), foram objeto de compensação integral com os valores devidos à Eletrobras relativos a Encargos CDE, por força de decisão liminar proferida em favor da Companhia em 08/07/2015. Em função da decisão ser liminar, a Companhia mantém registrado no passivo circulante, na linha de taxas regulamentares, o montante de R\$ 277.699 (R\$ 137.703 em 2015), correspondente à parcela a repassar a Eletrobras decorrente da subvenção CDE, que será compensado quando a decisão transitar em julgado.

10. Tributos a compensar

	<u>31/12/2016</u>		<u>31/12/2015</u>	
	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>	<u>Circulante</u>	<u>Não circulante</u>
Imposto de renda e contribuição social	22.549	-	16.611	-
ICMS (a)	41.257	32.364	38.914	28.841
ICMS parcelamento	11.056	-	11.056	-
PIS e COFINS	677	-	7.049	-
INSS Patronal	5.577	-	705	-
Outros tributos	50	-	10	-
Total	<u>81.166</u>	<u>32.364</u>	<u>74.345</u>	<u>28.841</u>

- a) Do total de crédito de ICMS, R\$ 53.027 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 48.069 em 31 de dezembro de 2015) refere-se aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos, e o valor de R\$ 20.594 (R\$ 19.686 em 31 de dezembro de 2015) refere-se a créditos de compra de energia e incentivos culturais os quais são compensados no mês seguinte.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

11. Bens e atividades não vinculadas a concessão do serviço público

Ágio de incorporação da controladora

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

O registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Benefício fiscal - ágio incorporado	31/12/2016	31/12/2015
Ágio da incorporação	775.960	775.960
Amortização acumulada	(630.400)	(608.736)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Reversão da provisão sobre o ágio	333.045	318.747
Saldo	49.240	56.606
Reserva de capital	31/12/2016	31/12/2015
Ágio da incorporação	775.960	775.960
(-) Desdobramento e resgate de ações	(125.407)	(125.407)
Provisão sobre o ágio	(429.365)	(429.365)
Saldo	221.188	221.188

A seguir o cronograma de realização do benefício fiscal:

	31/12/2016	Percentual
Em 2017	6.741	14%
Em 2018	6.168	13%
Em 2019	5.646	11%
2020 em diante	30.685	62%
	49.240	100%

12. Ativos e passivos financeiros setoriais

a) Ativos e passivos financeiros setoriais

A nova regulamentação do setor de energia elétrica implicou, dentro outras alterações, na constituição de ativos e passivos regulatórios, bem como no diferimento dos impostos federais incidentes sobre esses ativos e passivos.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)**

b) Conta de compensação de variação de custos da “Parcela A”

Os itens da Parcela “A” são definidos como sendo o somatório das diferenças, positivas ou negativas, entre os valores dos custos não gerenciáveis apresentados na base de cálculo para a determinação do último reajuste tarifário anual e os desembolsos efetivamente ocorridos no período.

Os créditos da Parcela “A” são atualizados pela variação da SELIC até o mês efetivo da sua compensação, não havendo limite de prazo para sua realização. À medida que os valores da Parcela “A” são recebidos na tarifa, a Companhia transfere o valor correspondente registrado no ativo para o resultado.

c) Demais ativos e passivos regulatórios

Programas sociais e governamentais

A Companhia, consciente de sua atuação socialmente responsável, prioriza sua participação em programas e ações governamentais, adotando iniciativas voltadas ao aperfeiçoamento de políticas públicas na área social.

Quota parte de energia nuclear

Em 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.111/2009 alterou a regulamentação referente à comercialização da energia proveniente da Eletronuclear, estabelecendo que, a partir de 1º de janeiro de 2013, o pagamento à Eletronuclear da receita decorrente da geração da energia de Angra 1 e 2 será rateado entre todas as Outorgadas de serviço público de distribuição no Sistema Interligado Nacional – SIN. A tarifa dessa energia proveniente da Eletronuclear calculada e homologada anualmente pela ANEEL.

Adicionalmente, o art. 12 da Lei nº 12.111/2009 autoriza a Eletronuclear a repassar para Furnas, entre 2013 e 2015, o diferencial verificado, entre 2010 e 2012, entre a variação da tarifa praticada pela Eletronuclear e a tarifa de referência. Os saldos remanescentes estão classificados como “outros” em demais ativos regulatórios.

Neutralidade da Parcela A

Trata-se do valor referente a uma inconsistência da metodologia de cálculo do reajuste tarifário em anos anteriores conforme contratos de concessão vigentes, que gerou em tarifa superior à devida, uma vez que não foi assegurada a neutralidade dos itens dos custos não gerenciáveis da Parcela A.

Sobrecontratação

O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica às tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% do montante total de energia elétrica contratada em relação à carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela Resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

A movimentação das contas de ativos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Ativos regulatórios	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA ativa	254.904	(87.593)	453.696	410.502	(858.232)	173.277	63.758	109.519	63.756	109.521
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	182.986	(255)	358.856	342.722	(730.282)	154.027	49.129	104.898	49.128	104.899
Proinfa	2.052	(2.365)	2.015	1.031	(924)	1.809	2.125	(316)	2.124	(315)
Transporte Rede Básica	9.389	(5.010)	(3.204)	1.745	1.247	4.167	924	3.243	924	3.243
ESS	-	(33.632)	87.498	58.497	(112.363)	-	-	-	-	-
CDE	60.477	(46.331)	8.531	6.507	(15.910)	13.274	11.580	1.694	11.580	1.694
Demais ativos regulatórios	351.394	(185.130)	25.089	(10.272)	(28.962)	152.119	53.518	98.601	95.033	57.086
Majoração PIS/Cofins	7.133	34.374	-	-	6	41.513	-	41.513	41.513	-
Neutralidade da Parcela A	-	(4.561)	1.320	515	2.726	-	-	-	-	-
Sobrecontratação de Energia	(55.052)	74.287	(10.225)	(16.863)	7.853	-	-	-	-	-
Outros	399.313	(289.230)	33.994	6.076	(39.547)	110.606	53.518	57.088	53.520	57.086
Total ativos regulatórios	606.298	(272.723)	478.785	400.230	(887.194)	325.396	117.276	208.120	158.789	166.607

A movimentação das contas de passivos regulatórios, bem como a abertura do saldo é a seguinte:

Passivos regulatórios	Saldo em 31/12/2015	Adição	Amortização	Remuneração	Transferências	Saldo em 31/12/2016	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não Circulante
CVA passiva	91.532	38.803	471.356	382.444	(858.232)	125.903	18.294	107.609	100.288	25.615
Aquisição de Energia - (CVAenerg)	-	31.958	397.904	300.420	(730.282)	-	-	-	-	-
Proinfa	-	316	607	1	(924)	-	-	-	-	-
Transporte Rede Básica	-	(4.655)	2.001	1.407	1.247	-	-	-	-	-
ESS	91.532	(1.587)	69.212	79.109	(112.363)	125.903	18.294	107.609	100.288	25.615
CDE	-	12.771	1.632	1.507	(15.910)	-	-	-	-	-
Demais passivos regulatórios	211.096	(34.917)	370	9.167	(28.962)	156.754	31.451	125.303	(50.543)	207.297
Majoração PIS/Cofins	-	(6)	-	-	6	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	2.144	4.406	404	1.296	2.726	10.976	926	10.050	926	10.050
Sobrecontratação de Energia	-	(13.200)	(12.525)	7.871	102.000	84.146	16.954	67.192	(65.040)	149.186
Devoluções Tarifárias	40.163	8.979	12.491	-	(48.062)	13.571	13.571	-	(34.490)	48.061
Outros	168.789	(35.096)	-	-	(85.632)	48.061	-	48.061	48.061	-
Total passivos regulatórios	302.628	3.886	471.726	391.611	(887.194)	282.657	49.745	232.912	49.745	232.912

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

13. Imobilizado

Ativo Imobilizado em Serviço	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação (D)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	5.382.184	-	(38.024)	333.609	-	5.677.769	295.585	(2.952.070)	2.725.699	2.594.062	(1.163.643)	379.630	(784.013)
Terrenos	11.163	-	-	1.865	-	13.028	1.865	-	13.028	11.163	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	79.805	-	-	4.069	(75)	83.799	3.994	(54.384)	29.415	26.898	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	5.256.183	-	(38.024)	325.679	75	5.543.913	287.730	(2.876.516)	2.667.397	2.540.054	(1.163.643)	379.630	(784.013)
Veículos	7.115	-	-	-	-	7.115	-	(6.355)	760	934	-	-	-
Móveis e Utensílios	27.918	-	-	1.996	-	29.914	1.996	(14.815)	15.099	15.013	-	-	-
Administração	56.496	-	-	954	-	57.450	954	(41.892)	15.558	17.651	-	-	-
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	3.172	-	-	-	-	3.172	-	(1.121)	2.051	2.115	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	33.453	-	-	802	-	34.255	802	(26.873)	7.382	8.859	-	-	-
Veículos	1.427	-	-	-	-	1.427	-	(1.214)	213	173	-	-	-
Móveis e Utensílios	18.444	-	-	152	-	18.596	152	(12.684)	5.912	6.504	-	-	-
Subtotal	5.438.680	-	(38.024)	334.563	-	5.735.219	296.539	(2.993.962)	2.741.257	2.611.713	(1.163.643)	379.630	(784.013)
Ativo Imobilizado em Curso	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Baixas (B)	Transferências (C)	Reclassificação (D)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Depreciação Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015	Obrigações Especiais Brutas	Amortização Acum.	Obrigações Especiais Líquidas
Distribuição	159.644	504.197	(24.479)	(333.609)	(296)	305.457	145.813	-	305.457	159.644	(193.999)	-	(193.999)
Máquinas e Equipamentos	31.751	484.381	-	(325.679)	1.371	191.824	160.073	-	191.824	31.751	(193.999)	-	(193.999)
Outros	127.893	19.816	(24.479)	(7.930)	(1.667)	113.633	(14.260)	-	113.633	127.893	-	-	-
Administração	14.035	2.236	(9.233)	(954)	296	6.380	(7.655)	-	6.380	14.035	-	-	-
Máquinas e Equipamentos	712	1.972	-	(802)	12	1.894	1.182	-	1.894	712	-	-	-
Outros	13.323	264	(9.233)	(152)	284	4.486	(8.837)	-	4.486	13.323	-	-	-
Subtotal	173.679	506.433	(33.712)	(334.563)	-	311.837	138.158	-	311.837	173.679	(193.999)	-	(193.999)
Total do Ativo Imobilizado	5.612.359	506.433	(71.736)	-	-	6.047.056	434.697	(2.993.962)	3.053.094	2.785.392	(1.357.642)	379.630	(978.012)

A composição da conta máquinas e equipamentos da atividade de distribuição é como segue:

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Descrição	Valor Bruto em 31/12/2015	Baixas (A)	Transferências (B)	Reclassificação (C)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)
AIS Bruto	6.411.082	(38.024)	334.423	75	6.707.556	296.474
Transformador de Distribuição	730.356	-	33.830	-	764.186	33.830
Medidor	701.022	(30.840)	40.612	7.185	717.979	16.957
Redes Baixa Tensão (< 2,3 kV)	2.721.100	108	150.897	43.846	2.915.951	194.851
Redes Alta Tensão (69 kV)	586.128	-	8.141	(94)	594.175	8.047
Subestações Média Tensão (primário 30 kV a 44 kV)	-	-	18	-	18	18
Subestações Alta Tensão (primário de 69 kV)	686.297	9.808	22.828	(40.348)	678.585	(7.712)
Subestações Alta Tensão (primário 88 kV a 138 kV)	-	-	234	(138)	96	96
Demais Máquinas e Equipamentos	986.179	(17.100)	77.863	(10.376)	1.036.566	50.387
Obrigações Especiais do AIS Bruto	(1.154.899)	-	(8.744)	-	(1.163.643)	(8.744)
Outros	(1.154.899)	-	(8.744)	-	(1.163.643)	(8.744)
Originadas da Receita	(103.699)	-	(8.744)	-	(112.443)	(8.744)
Excedente de reativos	(94.988)	-	207	-	(94.781)	207
Outros	(8.711)	-	(8.951)	-	(17.662)	(8.951)
Outros	(1.051.200)	-	-	-	(1.051.200)	-

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Ativo Imobilizado	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2016			31/12/2015
		Valor Bruto	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Valor Líquido
Em serviço					
Distribuição		5.677.769	(2.952.070)	2.725.699	2.594.062
Custo Histórico	5,68%	4.013.828	(1.606.321)	2.407.507	2.247.731
Correção Monetária Especial	5,31%	83.324	(82.693)	631	635
Correção Monetária Complementar	5,46%	132.545	(125.674)	6.871	7.655
Reavaliação	8,53%	1.448.072	(1.137.382)	310.690	338.041
Administração		57.450	(41.892)	15.558	17.651
Custo Histórico	8,68%	45.137	(31.866)	13.271	15.342
Correção Monetária Especial	7,56%	1.262	(1.262)	-	-
Correção Monetária Complementar	7,56%	675	(673)	2	2
Reavaliação	8,91%	10.376	(8.091)	2.285	2.307
		5.735.219	(2.993.962)	2.741.257	2.611.713
Em Curso					
Distribuição		305.457	-	305.457	159.644
Administração		6.380	-	6.380	14.035
		311.837	-	311.837	173.679
		6.047.056	(2.993.962)	3.053.094	2.785.392

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

A composição das adições do exercício, por tipo de gastos capitalizado, é como segue:

Adições do Ativo Imobilizado em Curso	Material / Equipamentos	Serviços de Terceiros	Mão de Obra Própria	Outros Gastos	Total
Terrenos	(5)	(393)	75	-	(323)
Edificações, obras civis e benfeitorias	161	11.113	709	-	11.983
Máquinas e equipamentos	222.362	259.841	27.516	98	509.817
Veículos	206	-	-	-	206
Móveis e utensílios	3.229	-	-	-	3.229
A Ratear	-	-	-	(109)	(109)
Transformação, fabricação e reparo de materiais	(611)	-	-	-	(611)
Material em depósito	(23.865)	-	-	-	(23.865)
Compras em andamento	4.982	-	-	-	4.982
Adiantamentos a fornecedores	-	(9.123)	-	-	(9.123)
Outros	-	-	-	(23.465)	(23.465)
Total das Adições	206.459	261.438	28.300	(23.476)	472.721

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a Resolução ANEEL nº 674/15, são as seguintes:

	Taxas anuais de depreciação (%)
Distribuição	
Barra de capacitores	5,00%
Chave de distribuição	3,33%
Condutor do sistema	2,70%
Estrutura do sistema	3,57%
Regulador de tensão	3,45%
Transformador	2,86%
Administração central	
Equipamento geral	6,25%
Software	20,00%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019 de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na distribuição de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. O ato normativo que regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concede autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto das alienações seja depositado em conta bancária vinculada a sua aplicação.

As dez principais adições ao imobilizado em serviço no exercício foram:

	Descrição do bem	R\$
1.	Chave sec. lam. terra 19,053kv 400a mono man seco	4.288
2.	Condutor al isol xlpe 6 mm ² bi	4.264
3.	Chave sec. 15,0kv 400a mono man seco	4.212
4.	Condutor al isol xlpe 6 mm ² bi	4.151
5.	Medidor en bifásico	4.004
6.	Medidor en bifásico	3.871
7.	Condutor al isol xlpe 6 mm ² bi	3.586
8.	Condutor al isol xlpe 6 mm ² bi	3.477
9.	Medidor en bifásico	3.383
10.	Poste dt conc 14m 1000dan	3.188

As dez principais baixas (pelo critério de valor) do imobilizado em serviço no exercício foram:

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Descrição do bem	R\$
1.	MEDIDOR ELETROMECANICO ENERGIA MONOFÁSICO	(884)
2.	MEDIDOR ELETRONICO ENERGIA MONOFÁSICO	(52)
3.	CONDUTOR <69KV CU ISOL XLPE 4 MM² BI	(51)
4.	MEDIDOR ELETROMECANICO ENERGIA BIFÁSICO	(5)
5.	MEDIDOR ELETROMECANICO ENERGIA TRIFÁSICO	(3)
6.	CONDUTOR <69KV CU ISOL XLPE 6 MM² BI	(2)
7.	MEDIDOR ELETRONICO ENERGIA TRIFÁSICO	(2)
8.	CONDUTOR <69KV AL ISOL XLPE 10 MM² BI	(2)
9.	MEDIDOR ELETRONICO MULTIFUNÇÃO PROG TRIFÁSICO	(1)
10.	CONDUTOR <69KV CU ISOL XLPE 10 MM² BI	(1)

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

14. Intangível

Intangível	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Transferências (B)	Reclassificações (C)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)	Amortização Acum.	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Ativo Intangível em Serviço									
Distribuição	125.936	-	7.054	-	132.990	7.054	(92.707)	40.283	38.112
Servidões	14.057	-	624	-	14.681	624	(75)	14.606	13.982
Softwares	104.688	-	1.533	-	106.221	1.533	(92.632)	13.589	16.819
Outros	7.191	-	4.897	-	12.088	4.897	-	12.088	7.311
Administração	73.502	-	13.671	-	87.173	13.671	(59.691)	27.482	22.642
Softwares	73.502	-	13.671	-	87.173	13.671	(59.691)	27.482	22.642
Subtotal	199.438	-	20.725	-	220.163	20.725	(152.398)	67.765	60.754
Ativo Intangível em Curso									
Distribuição	9.820	20.624	(7.054)	-	23.390	13.570	-	23.390	9.820
Servidões	6.776	3.235	(624)	-	9.387	2.611	-	9.387	6.776
Softwares	2.962	10.783	(1.533)	24	12.236	9.274	-	12.236	2.962
Outros	82	6.606	(4.897)	(24)	1.767	1.685	-	1.767	82
Administração	18.134	19.291	(13.671)	-	23.754	5.620	-	23.754	18.134
Softwares	17.046	19.291	(13.671)	1.088	23.754	6.708	-	23.754	17.046
Outros	1.088	-	-	(1.088)	-	(1.088)	-	-	1.088
Subtotal	27.954	39.915	(20.725)	-	47.144	19.190	-	47.144	27.954
Total do Ativo Intangível	227.392	39.915	-	-	267.307	39.915	(152.398)	114.909	88.708

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Ativo Intangível	Taxas anuais médias de depreciação (%)	31/12/2016			31/12/2015
		Valor Bruto	Amortização Acumulada	Valor líquido	Valor líquido
Em serviço					
Distribuição		132.990	(92.707)	40.283	38.112
Custo Histórico	20,00%	92.028	(57.200)	34.828	32.112
Correção Monetária Especial	20,00%	197	-	197	28
Correção Monetária Complementar	20,00%	88	-	88	63
Reavaliação	20,00%	40.677	(35.507)	5.170	5.909
Administração		87.173	(59.691)	27.482	22.642
Custo Histórico	20,00%	74.796	(47.410)	27.386	22.439
Reavaliação	20,00%	12.377	(12.281)	96	203
Em Curso		220.163	(152.398)	67.765	60.754
Distribuição		23.390	-	23.390	9.821
Administração		23.754	-	23.754	18.133
		47.144	-	47.144	27.954
		267.307	(152.398)	114.909	88.708

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

15. Fornecedores

	31/12/2016	31/12/2015
Compra de Energia	230.595	306.840
Encargo de Uso da Rede	9.926	9.339
Diferencial Eletronuclear	-	661
Partes relacionadas (vide nota 20)	122.079	126.360
Materiais e serviços	134.707	74.720
Total	497.307	517.920
Circulante	497.299	511.155
Não circulante	8	6.765

16. Obrigações fiscais

	31/12/2016			31/12/2015		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Imposto de renda - IRPJ e contribuição social - CSLL	7.397	-	7.397	1.570	-	1.570
Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços - ICMS	97.669	-	97.669	83.227	-	83.227
REFIS IV - Federal (Previdenciário)	1.869	12.770	14.639	1.804	14.135	15.939
Contribuição para financiamento da seguridade social - COFINS	21.575	-	21.575	18.564	-	18.564
Programa de integração social - PIS	4.666	-	4.666	4.005	-	4.005
Imposto sobre serviços - ISS	2.790	-	2.790	1.100	-	1.100
PIS/COFINS/IRRF/CSRF (Retidos na Fonte)	4.420	-	4.420	3.037	-	3.037
Outros tributos e contribuições	2.193	-	2.193	381	-	381
Total	142.579	12.770	155.349	113.688	14.135	127.823

17. Empréstimos, financiamentos e debentures

Empréstimos e financiamentos

	31/12/2016	31/12/2015	Início	Vencimento	Tipo de Amortização	Garantias	Encargos Financeiros
Moeda estrangeira:							
União Federal – Bônus de Desconto	3.737	4.471	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Receíveis e conta reserva	USD + Libor + 1,0125% a.a.
União Federal – Bônus ao Par	5.399	6.469	15/08/1997	11/04/2024	Ao Final	Receíveis e conta reserva	USD + 6,2% a.a.
Total moeda estrangeira	9.136	10.940					
Moeda nacional:							
Financiamentos							
Eletrobras	37.430	47.612	03/03/2000	30/09/2023	Mensal	Receíveis e nota promissória	6,95% a.a.
Banco do Nordeste – FNE	47.945	69.254	29/12/2004	15/03/2019	Mensal	Receíveis, fiança bancária e conta reserva	10% a.a.
BNDES FINAME (Capex 2012-2013)	26.823	30.950	28/08/2013	15/06/2023	Mensal	Receíveis	3,00% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) A	46.357	58.750	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Receíveis	TJLP + 2,8% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) B	46.371	58.772	28/08/2013	15/06/2020	Mensal	Receíveis	TJLP + 3,8% a.a.
BNDES FINEM (Capex 2012-2013) F	980	-	28/08/2013	15/12/2020	Mensal	Receíveis e conta reserva	TJLP
BNDES (Capex 2014-2015) A	84.898	27.529	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Receíveis	TJLP + 3,1% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) B	90.109	27.560	28/12/2015	15/12/2021	Mensal	Receíveis	SELIC + 3,18% a.a.
BNDES (Capex 2014-2015) FINAME	19.608	-	28/12/2015	15/12/2023	Mensal	Receíveis	9,50% a.a.
Empréstimos							
Itaú CCB	156.190	156.299	20/03/2014	20/03/2019	Anual	-	112% CDI
Banco do Brasil (BB Agropecuário)	229.723	306.298	12/11/2014	07/11/2019	Semestral	-	107% CDI
Working Capital Santander	-	50.474	21/03/2011	27/06/2016	Mensal	-	CDI + 1,8% a.a.
Total moeda nacional	786.434	833.498					
Total de empréstimos e financiamentos	795.570	844.438					
Circulante	240.074	205.505					
Não circulante	555.496	638.933					
	795.570	844.438					

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Abaixo segue as condições contratuais:

<u>Contratos</u>	<u>Objeto</u>	<u>Valor Total</u>	<u>Plano de Investimento</u>	<u>Desembolsado</u>	<u>Garantias</u>
<u>Financiamentos</u>					
BNDES (Capex 2012-2013)	Financiamento do CAPEX	217.185	2012/2013	89%	Recebíveis
BNDES (Capex 2014-2015)	Financiamento do CAPEX	215.126	2014/2015	43%	Recebíveis
Eletrobras	Luz Para Todos	134.085	2004	86%	Recebíveis e nota promissória
Banco do Nordeste – FNE	FNE/PROINFRA	106.187	2011	100%	Recebíveis, fiança bancária e conta reserva
<u>Empréstimos</u>					
Bônus de Desconto e Bônus ao Par	Refinanciamento dívida	* 3.001	-	100%	Recebíveis e conta reserva
Itaú CCB	Capital de giro	150.000	-	100%	-
BB Agropecuário	Capital de giro	300.000	-	100%	-
Working Capital Santander	Capital de giro	50.000	-	-	-

*Valor em reais convertido pela taxa do dia da liberação 1,0808

Nas operações de financiamento com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e nos empréstimos com Itaú CCB, Eletrobras e Banco do Brasil Agropecuário, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2016:

<u>Contratos</u>	<u>Obrigações Especiais Financeiras</u>	<u>Limite</u>
BNDES / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50
BNDES / Itaú CCB	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido	0,60
Eletrobrás	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00
BB Agropecuário	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,00

A curva de amortização dos empréstimos e financiamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

<u>31/12/2016</u>				
<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>Após 2020</u>	<u>Total não Circulante</u>
221.342	204.781	60.357	69.016	555.496

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Debentures

	31/12/2016	31/12/2015	Emissão	Vencimento		Remuneração	Tipo de amortização	Quantidade de títulos
				Inicial	Final			
1ª Série 3ª emissão	-	53.576	17/10/2011	15/10/2015	17/10/2016	CDI + 0,97% a.a.	Anual	10.400
2ª Série 3ª emissão	284.585	400.133	17/10/2011	15/10/2016	17/10/2018	IPCA + 6,85% a.a.	Anual	29.600
(-) Custo de transação	(464)	(819)						
Total sem efeito de swap	284.121	452.890						
Resultado das operações de swap	-	(3.156)						
Total de debêntures	284.121	449.734						
Circulante	143.957	187.136						
Não circulante	140.164	262.598						
	284.121	449.734						

Em 31 de dezembro de 2016 as debêntures são simples e não conversíveis em ações.

Abaixo segue disposta a mutação das debêntures:

	Circulante	Não circulante	Total
Em 31 de dezembro de 2015	187.136	262.598	449.734
Atualização monetária	-	25.540	25.540
Amortizações	(191.418)	-	(191.418)
Transferências	147.364	(147.364)	-
Encargos provisionados	30.776	-	30.776
Encargos pagos	(33.444)	-	(33.444)
Transferência custo de transação	610	(610)	-
Apropriação custo de transação	357	-	357
Resultado das operações de swap	2.576	-	2.576
Em 31 de dezembro de 2016	143.957	140.164	284.121

De acordo com a escritura de emissão das debêntures, a Companhia está sujeita à manutenção de determinados índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas demonstrações financeiras. Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia cumpriu com os referidos índices.

Obrigações especiais financeiras	Limite
Dívida financeira líquida / EBITDA (máximo)	2,50
EBITDA/Despesa financeira líquida (mínimo)	2,75

18. Obrigações com benefícios pós-emprego (fundos de pensão)

A Companhia é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela Companhia têm as seguintes principais características:

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)**

a) Plano de Contribuição Definida (CD)

A Companhia contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas “em cascata”.

b) Plano de Benefício Definido (BD)

Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios.

O custeio do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a Companhia contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade.

Os benefícios do plano compreendem:

► Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual.

c) Plano de assistência médica

O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade do grupo. O custeio é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS.

O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice:

- Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela empresa, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atingida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei no 9.656.
- Aposentados Lei no 9.656 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei no 9.656. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano.
- Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela empresa (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria

Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias.

Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 108.875 em 31 de dezembro de 2016. O superávit atuarial não é reconhecido contabilmente, pois eventual benefício econômico para a patrocinadora, somente poderá ser requerido se a reserva de contingência estiver reconhecida pelo seu percentual máximo de 25% das reservas matemáticas, de modo a assegurar o equilíbrio financeiro do plano em função da volatilidade destas obrigações. Somente a partir deste limite, o superávit poderá vir a ser utilizado pela patrocinadora para abater contribuições futuras ou ser reembolsado à patrocinadora.

Os planos de assistência médica e FGTS para dezembro de 2016 apresentaram um passivo total de R\$ 96.722 (R\$ 87.436 em 31 de dezembro de 2015).

Análise da obrigação atuarial

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor presente da obrigação

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor presente da obrigação atuarial no início do período	893.700	904.974
Custo dos serviços correntes	2.229	3.038
Contribuição dos participantes	2.069	2.287
Custos dos juros	120.573	108.390
Benefícios pagos pelo plano	(75.486)	(70.087)
Perdas (ganhos) atuariais sobre a obrigação atuarial	145.465	(54.902)
Valor presente da obrigação atuarial ao final do período	<u>1.088.550</u>	<u>893.700</u>

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do valor justo dos ativos dos planos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor justo dos ativos do plano no início do período	929.341	961.150
Retorno esperado dos ativos do plano	127.648	117.105
Contribuições recebidas de participantes do plano	2.069	2.287
Contribuições recebidas do empregador	12.193	16.091
Benefícios pagos pelo plano	(75.486)	(70.087)
Ganhos (perdas) atuarias sobre os ativos do plano	104.938	(97.205)
Valor justo dos ativos do plano ao final do período	<u>1.100.703</u>	<u>929.341</u>

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Conciliação de abertura e fechamento do efeito de teto do ativo de benefício definido

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Efeito do teto de ativo não reconhecido no início do período	123.077	147.257
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	17.909	18.436
Variação no teto de ativo não reconhecido no período corrente	(32.111)	(42.616)
	<u>108.875</u>	<u>123.077</u>

Conciliação do valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Valor presente das obrigações atuariais	1.088.550	893.700
Valor justo dos ativos	(1.100.703)	(929.341)
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(12.153)	(35.641)
Efeito do limite para reconhecimento do ativo	108.875	123.077
(Ativo) passivo atuarial líquido	96.722	87.436
(Ativo) passivo atuarial líquido apurado	96.722	87.436

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Custo do serviço corrente bruto	4.298	5.325
Contribuições de participante	(2.069)	(2.287)
Custo do serviço líquido	2.229	3.038
Juros sobre a obrigação atuarial	120.573	108.390
Rendimento esperado dos ativos no ano	(127.648)	(117.105)
Juros sobre o efeito do teto de ativo não reconhecido	17.909	18.437
Juros líquidos sobre o passivo	10.834	9.722
Total reconhecido na DRE	13.063	12.760

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Categoria principal de ativos que cada plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Renda fixa	913.836	757.386
Renda variável	68.566	64.446
Investimentos imobiliários	100.920	91.333
Outros	17.381	16.176
Total do valor justo dos ativos do plano	<u>1.100.703</u>	<u>929.341</u>

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
(Ganho)/Perda sobre as obrigações atuariais	(145.465)	54.902
(Ganho)/Perda sobre os ativos	104.938	(97.205)
Varição na restrição de reconhecimento do ativo	32.112	42.617
Montante reconhecido no período em ORA	<u>(8.415)</u>	<u>314</u>

Em 31 de maio de 2016 a Companhia procedeu a revisão do cálculo atuarial do plano de benefícios pós-emprego, em caráter extraordinário a fim de atender o processo de reestruturação societária efetuada pela holding, razão pela qual, apenas em 2016 está sendo apresentada a movimentação de perdas atuariais.

Retorno real dos ativos dos planos

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Retorno esperado sobre os ativos do plano	127.648	117.105
Ganho (Perda) atuarial sobre os ativos do plano	104.938	(97.205)
Retorno real sobre os ativos dos planos	<u>232.586</u>	<u>19.900</u>

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo foram:

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Especificação	Planos BD	Plano CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	12,20%	12,31%	12,15%	12,31%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	12,20%	12,31%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	9,19%	9,19%	N/A	9,19%
Taxa de inflação esperada	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Reajuste de benefício concedidos de prestação continuada	6,00%	6,00%	N/A	N/A
Tábua de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábua de entrada em invalidez	Light-Média	Light-Média	Light-Média	Light-Média
Tábua de mortalidade de inválidos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	AT-49 + 6anos	N/A

19. Taxas Regulamentares

	31/12/2016	31/12/2015
Conta de desenvolvimento energético - CDE (Vide nota 9)	277.699	137.703
Encargos emergenciais	2.467	2.440
P&D e Eficiência Energética	78.075	59.881
Repasse - CCRBT	12.233	1.731
Outros	491	479
Total	370.965	202.234
Circulante	304.886	152.267
Não Circulante	66.079	49.967

Os valores apresentados no não circulante, são exclusivamente programa de pesquisa e desenvolvimento e programa de eficiência energética.

20. Partes relacionadas

Empresas	Ref	Natureza da operação	31/12/2016				31/12/2015			31/12/2015		
			Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita/ (Despesa) Intangível	Ativo circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita/ (Despesa) Intangível	Intangível	
Endesa Fortaleza - CGTF	(a)	Compra de energia	-	115.120	-	(1.001.871)	-	-	125.096	-	(664.862)	-
Enel Green Power Cachoeira Dourada S/A	(b)	Compra de energia	-	115	-	(1.322)	-	-	873	-	(6.290)	-
Enel Cien S/A	(c)	Encargo de Uso	-	192	-	(1.877)	-	-	193	-	(2.213)	-
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	(d)	Plano de pensão	-	2.974	93.748	(8.567)	513	-	2.040	85.396	(8.882)	431
Enel Soluções S/A	(e)	Arrecadação	102	1.698	-	(739)	-	78	198	-	950	-
Enel Green Power	(f)	Compra de energia	-	-	-	(3.318)	-	-	-	-	-	-
Enel Itália	(g)	Serviços	-	732	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel distribuzione SPA	(g)	Serviços	-	3.535	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Iberoamérica	(g)	Serviços	-	687	-	-	-	-	-	-	-	-
			102	125.053	93.748	(1.017.694)	513	78	128.400	85.396	(681.297)	431
(-) Plano de pensão			-	2.974	93.748	(8.567)	-	-	2.040	85.396	(8.882)	-
Parte relacionadas			102	122.079	-	(1.009.127)	513	78	126.360	-	(672.415)	431

* Esses valores são classificados como consumidores (Nota 8), fornecedores (Nota 15), empréstimos, financiamentos e debentures (Nota 17), e fundos de pensão (Nota 18)

As principais condições relacionadas às transações entre as partes relacionadas estão descritas a seguir:

- a) CGTF - Central Geradora Termelétrica S.A.: decorre substancialmente de operações de compra de energia por parte da Companhia cujo preço normativo é estabelecido pela Aneel reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do IGP-M, do Dólar norte-americano e do gás natural contratado.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

- b) Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A - (Anteriormente denominada Centrais Elétricas Cachoeira Dourada S/A): operações de compra de energia por parte da companhia oriundos de leilão CCEAR 15º LEE 2015 ou MCS D 15º LEE 2015.
- c) Enel Cien S.A - (Anteriormente denominada Companhia de Interconexão Energética S/A): despesas com a Rede Básica no período, esses contratos são homologados pela a ANEEL mediante despacho.
- d) FAELCE - Plano de pensão: A Companhia realiza repasses mensais destinados à manutenção financeira e aportes para reserva atuarial dos planos previdenciários dos funcionários da Companhia, classificados como “Benefício Definido” e “Contribuição Definida”.
- e) Enel soluções S/A - (Anteriormente denominada EN- Brasil Comercio e Serviços S/A): decorre substancialmente de contratos para a cobrança na fatura de energia elétrica de valores referentes aos serviços e/ou produtos ofertados por esta aos clientes da Companhia.
- f) Enel Green Power: decorre de operações de compra de energia baseada em contratos de fornecimento homologados pela ANEEL, com Enel Green Power Modelo I, Enel Green Power Modelo II, Enel Green Power Joana, Enel Green Power Pau de Ferro, Enel Green Power Emiliana, Enel Green Power Gerônimo, Enel Green Power Tacaicó e Enel Green Power Paranapanema.
- g) Enel Italia, Enel Distribuzione Spa e Enel Iberoamérica: tem como objeto das operações a manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM encerrando o exercício de 2016 com um passivo em aberto de R\$ 4.954.

Remuneração da administração

A remuneração total do conselho de administração e dos administradores da Companhia no semestre findo em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$ 7.633 (R\$ 12.895 em 31 de dezembro de 2015). A Companhia mantém ainda benefícios usuais de mercado para rescisões de contratos de trabalho.

21. Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de seus consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Provisões com risco provável

	<u>31/12/2015</u>	<u>Adições</u>	<u>Reversões</u>	<u>Atualização Monetária</u>	<u>Pagamentos</u>	<u>31/12/2016</u>
Trabalhistas	39.275	16.274	(11.340)	7.620	(8.976)	42.853
Cíveis	78.580	28.218	(22.982)	17.844	(12.098)	89.562
Fiscais	1.971	70	(151)	411	(392)	1.909
Regulatório	68.980	12.565	(9.506)	4.428	(24.009)	52.458
Total	188.806	57.127	(43.979)	30.303	(45.475)	186.782

a) Riscos trabalhistas

Estão relacionados à indenização por acidentes, responsabilidade solidária, adicional de periculosidade, verbas rescisórias, reintegração, abono salarial, diferenças salariais, horas extras, e outros processos trabalhistas.

b) Riscos cíveis

Engloba processos relacionados a pedidos de ressarcimento por reajuste tarifário supostamente ilegal, indenização por acidentes/morte com energia elétrica e por danos causados em razão de oscilação na tensão do fornecimento de energia elétrica, desapropriações, ações de menor complexidade com trâmite nos juizados especiais, suspensão do fornecimento e cobranças indevidas de valores.

c) Riscos regulatórios

O processo punitivo regulatório é disciplinado pela Resolução Normativa 063/2004 da ANEEL. As penalidades previstas pelo regulamento vão desde advertência até a caducidade da concessão ou da permissão. Estas penalidades são aplicáveis a todos os agentes do setor elétrico e calculadas com base no valor de faturamento.

Contingências passivas com risco possível

A Companhia possui ações de natureza tributária, cível e trabalhista, que não estão provisionadas, pois envolvem risco de perda classificado pela Administração e por seus advogados e consultores legais como possível. As contingências passivas estão assim representadas:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	68.695	51.185
Cíveis	1.314.279	820.779
Fiscais	447.467	408.148
Juizados especiais	5.565	7.944
Total	1.836.006	1.288.056

Apresentamos, a seguir, os processos relevantes cujos consultores jurídicos estimam a probabilidade de perda como sendo possível e que não requerem constituição de provisão.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)**

- a) No âmbito estadual, a Companhia discute substancialmente: (i) regime especial originado do termo de acordo nº 035/91; (ii) base cadastral de consumidores isentos, imunes e não tributáveis; (iii) crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo imobilizado; transferência de créditos; (iv) cancelamento de faturas; (v) estorno de crédito – consumidor baixa renda; (vi) imposto em determinadas operações; e (vii) energia adquirida para consumo próprio e (viii) diferença entre valores contabilizados e valores informados nas declarações fiscais. O montante envolvido totaliza R\$ 364.507 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 333.750 em 31 de dezembro de 2015).
- b) No âmbito municipal, a Companhia possui processos judiciais e administrativos com os Municípios de Fortaleza e Iguatu referentes ao ISS no valor atualizado de R\$ 39.938 e R\$ 3.798 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 35.685 e R\$ 3.370 em 31 de dezembro de 2015).
- c) Em relação aos tributos federais, a Companhia possui processos administrativos e judiciais referentes a IRPJ, CSLL e COFINS que totalizam o valor de R\$ 30.774 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 27.896 em 31 de dezembro de 2015).
- d) No âmbito cível, refere-se a responsabilidade solidária com prestadores de serviços e danos materiais e morais.

Depósitos judiciais

A Companhia possui alguns depósitos vinculados à ações judiciais, os quais estão apresentados a seguir:

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Trabalhistas	14.725	16.670
Cíveis	19.363	21.763
Fiscais	3.712	3.411
Total	<u>37.800</u>	<u>41.844</u>

22. Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

São obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e às subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de geração, transmissão e distribuição, cuja quitação ocorrerá ao final da concessão.

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

A composição destas obrigações:

Obrigações Especiais	Depreciação - Taxa Média Anual	Custo Histórico	Reavaliação	Total
Em serviço		(859.856)	(303.787)	(1.163.643)
Participação da União, Estados e Municípios		(15.950)	(5.692)	(21.642)
Participação Financeira do Consumidor		(287.063)	(101.089)	(388.152)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido		(167.682)	(59.851)	(227.533)
Pesquisa e Desenvolvimento		(19.190)	(5.102)	(24.292)
Universalização Serv. Públ. de Energia Elétrica		(298.873)	(106.676)	(405.549)
Outros		(71.098)	(25.377)	(96.475)
Excedente de reativos		(69.850)	(24.931)	(94.781)
Outros		(1.248)	(446)	(1.694)
(-) Amortização Acumulada - AIS		272.709	106.921	379.630
Participação da União, Estados e Municípios	3,84%	10.951	2.003	12.954
Participação Financeira do Consumidor	3,84%	(57.521)	35.579	(21.942)
Doações e Subv. a Invest. no Serviço Concedido	3,84%	114.417	21.065	135.482
Pesquisa e Desenvolvimento	3,84%	6.829	1.795	8.624
Universalização Serv. Públ. de Energia Elétrica	3,84%	171.819	37.545	209.364
Outros	3,84%	26.214	8.934	35.148
Excedente de reativos		25.543	8.775	34.318
Outros	3,84%	671	159	830
Total		(587.147)	(196.866)	(784.013)

A movimentação ocorrida no exercício pode assim ser resumida:

Obrigações Especiais	Valor Bruto em 31/12/2015	Adições (A)	Transferências (B)	Reavaliação (C)	Reclassificação (D)	Valor Bruto em 31/12/2016	Adições Líquidas = (A)+(B)+(C)+(D)	Valor Líquido em 31/12/2016	Valor Líquido em 31/12/2015
Em serviço	(1.154.899)	-	(8.744)	-	-	(1.163.643)	(8.744)	(1.163.643)	(1.154.899)
Participação da União, Estados e Municípios	(21.690)	-	48	-	-	(21.642)	48	(21.642)	(21.690)
Participação Financeira do Consumidor	(384.781)	-	(3.371)	-	-	(388.152)	(3.371)	(388.152)	(384.781)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(228.030)	-	497	-	-	(227.533)	497	(227.533)	(228.030)
Pesquisa e Desenvolvimento	(17.278)	-	(7.014)	-	-	(24.292)	(7.014)	(24.292)	(17.278)
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	(406.435)	-	886	-	-	(405.549)	886	(405.549)	(406.435)
Outros	(96.685)	-	210	-	-	(96.475)	210	(96.475)	(96.685)
Excedente de reativos	(94.988)	-	207	-	-	(94.781)	207	(94.781)	(94.988)
Diferença das perdas regulatórias	-	-	3	-	-	3	3	3	-
Outros	(1.697)	-	-	-	-	(1.697)	-	(1.697)	(1.697)
(-) Amortização Acumulada - AIS	335.118	32.824	-	11.688	-	379.630	44.512	379.630	335.118
Participação da União, Estados e Municípios	8.245	616	-	(400)	-	4.493	12.954	4.709	8.245
Participação Financeira do Consumidor	128.744	10.930	-	(1.534)	(160.082)	(21.942)	(150.886)	(21.942)	128.744
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	85.638	6.463	-	(3.806)	47.247	135.482	49.844	135.482	85.638
Pesquisa e Desenvolvimento	2.983	560	-	987	4.094	8.624	5.641	8.624	2.983
Universalização do Serviço Públ. de Energia Elétrica	105.752	11.515	-	7.879	84.218	209.364	103.612	209.364	105.752
Outros	3.756	2.740	-	8.622	20.030	35.148	31.392	35.148	3.756
Excedente de reativos	3.383	2.696	-	8.562	19.677	34.318	30.935	34.318	3.383
Outros	373	44	-	60	353	830	457	830	373
Em curso	(179.279)	(23.464)	8.744	-	-	(193.999)	(14.720)	(193.999)	(179.279)
Participação da União, Estados e Municípios	(1.558)	-	-	-	-	(1,558)	-	(1,558)	(1,558)
Participação Financeira do Consumidor	(2,923)	(3,927)	3,846	-	-	(3,004)	(81)	(3,004)	(2,923)
Doações e Subv. a Investimentos no Serviço Concedido	(109,361)	-	-	-	109,361	-	109,361	-	(109,361)
Universalização do Serviço Público de Energia Elétrica	-	(4,898)	4,898	-	(109,361)	(109,361)	(109,361)	(109,361)	-
Valores Pendentes de Recebimento	(54,872)	(14,639)	-	-	-	(69,511)	(14,639)	(69,511)	(54,872)
Outros	(10,565)	-	-	-	-	(10,565)	-	(10,565)	(10,565)
Diferença das perdas regulatórias	(10,565)	-	-	-	-	(10,565)	-	(10,565)	(10,565)
Total	(999,060)	9,360	-	11,688	-	(978,012)	21,048	(978,012)	(999,060)

As principais adições (pelo critério de valor) de obrigações especiais no exercício foram:

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Descrição do bem	R\$
1. Part e Doaç-Imob Serv-Part Financ Cons	(3.717)
2. Part e Doaç-Imob Serv-Pesq Desenv	(1.252)
3. Part e Doaç-Imob Serv-Pesq Desenv	(1.238)
4. Part e Doaç-Imob Serv-Pesq Desenv	(945)
5. Part e Doaç-Imob Serv-Pesq Desenv	(823)
6. Part e Doaç-Imob Serv-Pesq Desenv	(639)
7. Part e Doaç-Imob Serv-Part Financ Cons	(130)

23. Patrimônio líquido

a) Capital social

O capital social é composto de ações sem valor nominal e assim distribuídas:

	Ações ordinárias (em unidade)		Ações preferenciais (em unidade)				Total (em unidades)			
	Total (I)		Classe A		Classe B		Total (II)			
Enel Brasil S.A.	44.061.433	91,66%	1.770.000	6,26%	-	0,00%	1.770.000	5,94%	45.831.433	58,87%
Enel Américas S.A	3.002.812	6,25%	8.818.006	31,21%	424	0,03%	8.818.430	29,60%	11.821.242	15,18%
Eletrobrás	-	0,00%	3.967.756	14,04%	1.531.141	99,77%	5.498.897	18,46%	5.498.897	7,06%
Fundos e Clubes de Investimento	3.710	0,01%	6.049.996	22,10%	-	0,00%	6.049.996	20,96%	6.053.706	8,03%
Fundo de Pensão	919.403	1,91%	3.346.448	11,82%	-	0,00%	3.346.448	11,21%	4.265.851	5,47%
Outros	80.579	0,17%	4.300.494	14,57%	3.097	0,20%	4.303.591	13,83%	4.384.170	5,39%
Total de Ações	48.067.937	100,00%	28.252.700	100,00%	1.534.662	100,00%	29.787.362	100,00%	77.855.299	100,00%

Em 27/04/2016 foi deliberada, em Assembleia Geral de Acionistas, a capitalização parcial do saldo da reserva de Reforço de Capital de Giro no valor de R\$ 112.000. Em decorrência desta capitalização, o capital social totalmente subscrito passou a ser de R\$ 554.946, constituído por 77.855.299 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 48.067.937 ações ordinárias e 29.787.362 ações preferenciais, estas divididas em duas classes: 28.252.700 ações preferenciais "Classe A" e 1.534.662 ações preferenciais "Classe B".

Conforme deliberado pelas Assembleias Gerais Extraordinárias das Sociedades, realizadas 28 de setembro de 2016, a incorporação da Endesa Américas e da Chilectra Américas pela Enersis Américas terá efeito a partir do primeiro dia do mês subsequente ao da outorga da referida Escritura, ou seja, 01 de dezembro de 2016, quando a totalidade do patrimônio de Endesa Américas e Chilectra Américas será incorporado ao da Enersis Américas, sucedendo esta em todos os direitos e obrigações daquelas, que se dissolverão de pleno direito, sem necessidade de liquidação.

Adicionalmente, em 01 de dezembro de 2016, Enersis Américas S.A. teve sua denominação social alterada para Enel Américas S.A.. A Companhia reitera ao mercado brasileiro que a operação de incorporação das Sociedades no Chile não acarreta mudança no controle da Companhia.

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

b) Reservas de capital

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Reserva de remuneração de bens e direitos constituídos com capital próprio	31.160	31.160
Reserva de incentivo fiscal - ADENE	106.323	106.323
Reserva especial de ágio	221.188	221.188
	<u>358.671</u>	<u>358.671</u>

(i) Reserva de incentivo fiscal - ADENE

O saldo da reserva de incentivo fiscal apurado até 31 de dezembro de 2007 no montante de R\$ 106.323 foi mantido como reserva de capital e somente poderá ser utilizado conforme previsto na Lei no 12.973/2014.

(ii) Reserva especial de ágio

A reserva de R\$ 221.188 foi constituída em função da reestruturação societária da Companhia, que resultou no reconhecimento do benefício fiscal diretamente no patrimônio, quando o ágio foi transferido para a Companhia através de incorporação, vide Nota 11.

c) Reservas de lucros

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Reserva legal	48.845	48.845
Reserva de reforço de capital de giro	507.639	502.679
Reserva de incentivo fiscal - SUDENE	645.387	562.375
	<u>1.201.871</u>	<u>1.113.899</u>

(i) Reserva legal

O estatuto social da Companhia prevê que do lucro líquido anual serão deduzidos 5% para constituição de reserva legal, a qual não poderá exceder 20% do capital social. A companhia deixou de constituir saldo da reserva legal em virtude do saldo das reservas acrescido da reserva de capital exceder 30% do capital social.

(ii) Reforço de capital de giro

É composta pela parcela de lucros não distribuídos aos acionistas. A reserva de reforço de capital de giro é criada somente depois de considerados os requisitos de dividendo mínimo e seu saldo não podem exceder o montante do capital subscrito, conforme os termos do artigo 29, (ii), d, do estatuto social da Companhia. O montante da reserva de reforço de capital de giro pode ser utilizado: (i) na absorção de prejuízos, (ii) para capitalização, (iii) para pagamento de dividendos ou (iv) na recompra de ações da Companhia, conforme deliberação a ser tomada por assembleia geral de acionistas. A Companhia excedeu o limite das suas reservas de lucros e encaminhará o assunto para Assembleia Geral Ordinária, que deverá deliberar sobre a capitalização ou distribuição do excesso, de acordo com o estatuto social e Art. 199 da Lei 6.404/76.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

(iii) Reserva de incentivo fiscal - SUDENE

O valor correspondente ao incentivo SUDENE apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07 foi contabilizado no resultado do período, sendo ao final de cada período transferido para a reserva de lucro - devendo somente ser utilizado para aumento de capital social ou para eventual absorção de prejuízos contábeis conforme previsto no artigo 545 do Regulamento de Imposto de Renda.

d) Reserva de reavaliação regulatória

Em atendimento à Resolução Normativa ANEEL nº396, de 23 de fevereiro de 2010, a Companhia registrou a título de reavaliação regulatória compulsória, o montante decorrente da diferença entre o valor contábil e o VNR do ativo imobilizado e intangível em serviço, ajustado pela respectiva depreciação e amortização acumulada, oriundo da reavaliação regulatória compulsória efetuada, nos termos da legislação regulatória, em consonância a última Revisão Tarifária e dos ciclos seguintes, de acordo com a natureza do saldo de cada conta.

A realização é feita proporcionalmente à depreciação, baixa ou alienação dos respectivos bens reavaliados, mediante a transferência da parcela realizada para lucros acumulados líquida dos efeitos de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido.

e) Dividendos

De acordo com o estabelecido no estatuto social da Companhia, o dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido ajustado, em conformidade com o artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações.

Tipo de Aplicação	25% sobre o lucro líquido ajustado		Dividendos mínimos sobre capital social		Dividendos mínimos obrigatórios	
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015
Ações Ordinárias	47.880	44.513	-	-	47.880	44.513
Ações Preferenciais A	28.142	26.163	12.083	9.644	28.142	26.163
Ações Preferenciais B	1.528	1.422	1.094	873	1.528	1.422
Total	77.550	72.098	13.177	10.517	77.550	72.098

f) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes a parte eficaz dos ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa, bem como os ganhos e perdas atuariais oriundos de alterações nas premissas ou nos compromissos dos planos de benefício definido.

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

24. Receita

Receita Bruta	Nº Consumidores		MWh Mil		31/12/2016	31/12/2015
	31/12/2016	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2015		
Fornecimento - Faturado	3.416.431	3.377.952	10.260	10.145	5.346.794	5.033.128
Residencial	2.630.687	2.610.573	4.245	4.029	2.354.373	2.100.534
Industrial	5.876	5.908	1.056	1.205	560.390	617.323
Comercial	174.337	176.638	2.159	2.166	1.323.454	1.260.147
Rural	558.013	538.147	1.340	1.354	410.975	400.241
Poder público	34.249	33.995	657	610	368.365	332.138
Iluminação pública	2.899	10.161	501	475	158.254	144.725
Serviço público	10.370	2.530	302	306	170.983	178.020
Fornecimento/Suprimento/Rede Elétrica - Não faturado					152.839	192.265
Uso da Rede Elétrica de Distribuição Faturado	80	72	11.615	11.365	132.426	100.909
Consumidores Livres	80	72	11.615	11.365	132.426	100.909
Permissionárias	-	-	-	-	-	-
Uso da Rede Elétrica de Transmissão Faturado						
(-) Transferências	-	-	-	-	-	(21.975)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Ultrapassagem Demanda	-	-	-	-	-	(5.544)
(-) Trsf p/ Obrig. Espec. do AIC - Excedente de Reativos	-	-	-	-	-	(16.431)
Constituição e Amortiz. - CVA Ativa e Passiva	-	-	-	-	(76.896)	74.049
Constituição e Amortiz. - RTP Diferimento ou Devolução	-	-	-	-	17.491	(6.962)
Constituição e Amortiz. - Demais Ativos e Passivos Regulat.	-	-	-	-	(142.895)	44.009
Serviços Cobráveis	-	-	-	-	74.813	97.326
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	-	-	453.629	408.803
Total	3.416.511	3.378.024	21.875	21.510	5.958.201	5.921.552

25. Pessoal e administradores

Despesa de pessoal	31/12/2016	31/12/2015
Remuneração	(91.863)	(91.270)
Encargos sociais	(30.866)	(36.360)
Provisão de férias	(15.308)	(14.389)
Plano de saúde	(9.534)	(8.340)
Auxílio alimentação e outros benefícios	(15.476)	(17.113)
Participação nos resultados	(14.201)	(13.349)
Previdência privada	(8.596)	(8.917)
Outros	(235)	(342)
(-) Transferências para imobilizado em curso	33.345	19.079
Total	(152.734)	(171.001)

26. Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os valores dos ativos fiscais diferidos sobre diferenças temporárias, que poderão ser compensados com lucros tributáveis futuros, serão realizados pela Companhia em um prazo não superior a 5 anos, considerando as melhores estimativas da Administração.

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/12/2016		31/12/2015	
	Imposto de renda	Contribuição social	Imposto de renda	Contribuição social
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	398.089	398.089	355.575	355.575
Aliquota nominal dos tributos	15%	9%	15%	9%
Aliquota adicional sobre o valor excedente a R\$ 240/ano	10%	-	10%	-
	<u>(99.497)</u>	<u>(35.828)</u>	<u>(88.869)</u>	<u>(32.002)</u>
Efeito das (adições) exclusões no cálculo do tributo				
Incentivos fiscais	83.710	-	74.679	-
Permanentes - despesas indedutíveis e multas	(6.751)	(2.870)	(2.475)	(1.324)
IFRIC e perdas indedutíveis	(1.401)	(506)	1.130	405
Outros	5.071	1.828	3.096	871
Imposto de renda e contribuição social no resultado	<u>(18.868)</u>	<u>(37.376)</u>	<u>(12.439)</u>	<u>(32.050)</u>
Imposto de renda e contribuição social correntes	(24.400)	(39.426)	(26.782)	(37.047)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	5.532	2.050	14.343	4.997
Total	<u>(18.868)</u>	<u>(37.376)</u>	<u>(12.439)</u>	<u>(32.050)</u>

A seguir a composição dos tributos diferidos:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias são demonstrados como segue:

	31/12/2016	31/12/2015
Ativo não circulante		
Plano de pensão	51.882	49.021
Provisão para ações judiciais e regulatórias	63.025	66.478
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	45.477	44.410
Provisão para obsolescência de estoque	1.015	1.120
Provisão de desativação	3.409	3.409
Outros	818	2.095
	<u>165.626</u>	<u>166.533</u>
Passivo não circulante		
Swap - debêntures	-	876
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	-	1.754
Reserva de reavaliação regulatória ("VNR")	108.160	117.755
	<u>108.160</u>	<u>120.385</u>
	<u>57.466</u>	<u>46.148</u>

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

27. Resultado financeiro

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Receitas financeiras		
Renda de aplicação financeira	34.164	14.379
Juros e atualização monetária sobre impontualidade de clientes	76.754	62.372
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	8.547	45.047
Variações monetárias	7.927	3.806
Outras receitas financeiras	20.574	31.880
Total das receitas financeiras	<u>147.966</u>	<u>157.484</u>
Despesas financeiras		
Variações monetárias	(33.747)	(41.587)
Variação monetária de ativos e passivos setoriais	-	(9.871)
Encargos de dívidas	(128.538)	(126.081)
Encargos fundo de pensão	(11.406)	(9.722)
Atualização de provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	(30.303)	(28.496)
Atualizações de impostos e multas	(6.894)	(6.124)
Atualização P&D/PEE	(1.406)	(1.022)
IOF/IOC	(3.428)	(3.413)
Outras multas	(3.194)	(15.327)
Outras despesas financeiras	(9.640)	(31.424)
Total das despesas financeiras	<u>(228.556)</u>	<u>(273.067)</u>
Resultado financeiro	<u>(80.590)</u>	<u>(115.583)</u>

28. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro

Considerações gerais

A Companhia possui políticas de mitigação de riscos financeiros e adota estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Com essa finalidade, mantém sistemas gerenciais de controle e acompanhamento das suas transações financeiras e seus respectivos valores, com o objetivo de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado.

Fatores de risco

A linha de negócio principal da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará, dentro da sua estratégia, sintonizada com a gestão financeira de melhores práticas para minimização de riscos financeiros, e observando os aspectos regulatórios. A Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seu negócio:

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

a) Risco de crédito

Esse risco surge da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes ou de uma contraparte, em um instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. Esses riscos são avaliados como baixo, considerando a pulverização do número de clientes, o comportamento estatístico dos níveis de arrecadação e as políticas que estabelecem regras e limites para realizar operações com contrapartes. Essas políticas levam em consideração, dentre outras variáveis, a classificação de risco de crédito (rating) e valor do patrimônio líquido da contraparte.

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Caixa e equivalentes de caixa	168.127	57.230
Títulos e valores mobiliários	2.408	7.262
Instrumentos financeiros derivativos - swap	-	3.156
Consumidores	805.397	777.178
Ativos financeiros setoriais	325.396	606.298
	<u>1.301.328</u>	<u>1.451.124</u>

Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir prováveis riscos de realização das contas a receber.

A Administração considera bastante reduzido o risco relativos aos créditos setoriais e indenizáveis, visto que os contratos firmados asseguram o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a ser pago pelo Poder Concedente, referente a custos não recuperados por meio de tarifa.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía a seguinte exposição:

(*Agência Standard & Poor's*)

<u>Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
AA-	154.783	-
AAA	-	12.143
AA+	-	39.772
A+	31	-
Banco Central do Brasil	1.868	12.577
Não avaliado	13.853	-
Total geral	170.535	64.492

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

<u>Instrumentos Financeiros Derivativos</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
BB	-	3.156
Total geral	-	3.156

b) Risco da revisão e do reajuste das tarifas de fornecimento

Os processos de Revisão e Reajuste Tarifários são garantidos por contrato e empregam metodologias previamente definidas. Alterações na metodologia vigente devem ser amplamente discutidas e contarão com contribuições da Companhia, concessionárias e demais agentes do setor.

Em caso de evento imprevisível que venha a afetar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão, poderá a COELCE justificar e requerer ao regulador a abertura de uma Revisão Tarifária Extraordinária, ficando a realização desta a critério do regulador. A própria ANEEL também poderá proceder com Revisões Extraordinárias caso haja criação, alteração ou exclusão de encargos e/ou tributos, para repasse dos mesmos às tarifas.

c) Gestão do risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar as suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e debêntures detalhados na Nota 17, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários e pelo patrimônio líquido da Companhia (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados conforme apresentado na Nota 23).

O índice de endividamento em 31 de dezembro de 2016 é de 28% (37% em 2015), calculado pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido mais dívida líquida.

d) Risco de mercado (câmbio)

Este risco é proveniente da possibilidade de flutuações na taxa de câmbio, que possam acarretar em perdas para Companhia, como por exemplo, a valorização do dólar frente ao real, que aumentaria as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos indexados a dólar. A dívida em moeda estrangeira da Companhia não é significativa e não existe exposição a operações com derivativos de câmbio. A Companhia mantém monitoramento das taxas cambiais.

O efeito da variação cambial decorrente de contrato de compra de energia é repassado na próxima revisão tarifária da Companhia.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

e) Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco, a Companhia prioriza a contratação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobras) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES).

Em relação aos empréstimos indexados a taxas variáveis, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía 87% da dívida total indexada a taxas variáveis, sendo que 17% eram atrelados a indicadores menos voláteis às oscilações do mercado, como a TJLP contraídos com o BNDES.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía a seguinte exposição:

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores mobiliários	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Selic	1.867	3%	7.094	20%
CDI	131.470	93%	19.959	57%
Pré-Fixado	2.492	4%	8.117	23%
Total	135.829	100%	35.170	100%

Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	31/12/2016	%	31/12/2015	%
Taxa fixa	136.741	13%	203.271	16%
TJLP	178.606	17%	145.051	11%
Selic	90.109	8%	27.560	2%
CDI	385.913	36%	513.684	40%
IPCA	284.585	26%	400.131	31%
Libor	3.737	0%	4.475	0%
Total	1.079.691	100%	1.294.172	100%

f) Risco de liquidez

A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias para captação de recursos para capital de giro e para empréstimos e financiamentos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A liquidez da Companhia é gerida através do monitoramento dos fluxos de caixa previstos e realizados com o objetivo de se precaver das possíveis necessidades de caixa no curto prazo. Com o intuito de assegurar a capacidade dos pagamentos de suas obrigações de maneira conservadora, a gestão de aplicações financeiras tem foco em instrumentos de curtíssimos prazos, prioritariamente com vencimentos diários, de modo a promover máxima liquidez.

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Em 31 de dezembro de 2016 a Companhia dispõe de limites de conta garantida no valor de R\$ 50.000.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre os vencimentos futuros dos empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia que estão sendo considerados no fluxo de caixa projetado:

	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Mais de cinco anos	Total
31 de dezembro de 2016						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	3.763	7.354	32.850	91.949	23.013	158.929
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	13.315	75.957	177.419	529.453	4.046	800.190
Debêntures	-	-	160.318	150.941	-	311.259
	17.078	83.311	370.587	772.343	27.059	1.270.378
31 de dezembro de 2015						
Empréstimos e Financiamentos Pré-fixados	4.682	7.249	32.097	107.946	28.519	180.493
Empréstimos e Financiamentos Pós-fixados	54.187	17.601	166.562	660.000	26.765	925.115
Debêntures	-	-	220.286	295.106	-	515.392
	58.869	24.850	418.945	1.063.052	55.284	1.621.000

Os valores previstos para os próximos vencimentos dos instrumentos de hedge que também estão contemplados nos fluxos de caixa da Companhia estão dispostos a seguir:

	De três meses a um ano	De um a cinco anos	Total
31 de dezembro de 2016			
"Swaps" de juros 08/11/12	-	-	-
31 de dezembro de 2015			
"Swaps" de juros 08/11/12	3.167	-	3.167
	3.167	-	3.167

Valorização dos instrumentos financeiros

O método de mensuração utilizado para cálculo do valor de mercado dos instrumentos financeiros foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses ativos e passivos, taxas de mercado vigentes e respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço:

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

Categoria	Nível	31/12/2016		31/12/2015		
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo	
Ativo						
Caixa e equivalente de caixa						
Valores justos por meio de resultado	2	168.127	168.127	57.230	57.230	
Titulos e valores mobiliários						
Valores justos por meio de resultado	2	2.408	2.408	7.262	7.262	
Cauções e depósitos						
Empréstimos e recebíveis	2	71.548	71.548	50.463	50.463	
Consumidores						
Empréstimos e recebíveis	2	805.397	805.397	777.178	777.178	
Ativos financeiros setoriais						
Empréstimos e recebíveis	2	325.396	325.396	606.298	606.298	
Instrumentos financeiros derivativos - swap						
Empréstimos e recebíveis	2	-	-	3.156	3.156	
Ativo indenizável (concessão)						
Disponível para venda	3	1.103.190	1.103.190	889.932	889.932	
Passivo						
Empréstimos e financiamentos em moeda nacional						
Outros passivos financeiros	2	786.434	782.037	833.498	829.905	
Debêntures em moeda nacional						
Outros passivos financeiros	2	284.121	283.931	452.890	452.954	
Empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira						
Outros passivos financeiros	2	9.136	6.768	10.940	9.406	
Passivos financeiros setoriais						
Outros passivos financeiros	2	282.657	282.657	302.628	302.628	
Fornecedores						
Outros passivos financeiros	2	497.307	497.307	517.920	517.920	

As aplicações financeiras registradas no período (classificadas tanto como caixa e equivalentes de caixa quanto títulos e valores mobiliários) aproximam-se dos valores de mercado, pois são efetuadas a juros pós-fixados.

Valor justo hierárquico

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- ▶ Nível 1 - Dados provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) de forma que seja possível acessar diariamente inclusive na data da mensuração do valor justo.
- ▶ Nível 2 - Dados diferentes dos provenientes de mercado ativo (preço cotado não ajustado) incluídos no Nível 1, extraído de modelo de precificação baseado em dados observáveis de mercado.
- ▶ Nível 3 - Dados extraídos de modelo de precificação baseado em dados não observáveis de mercado.

Instrumento financeiro derivativo

A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira. Em 31 de dezembro de 2016 havia 1 (um) contrato de swap de CDI para taxa fixa, a fim de diminuir a exposição às flutuações dos índices de mercado.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia detinha operações de swap conforme demonstrado abaixo:

Contraparte	Data dos contratos	Data de vencimento	Posição	Valores de referência	
				Moeda local	
				31/12/2016	31/12/2015
Contrato de swap					
HSBC BANK BRASIL S.A.	08/11/2012	17/10/2016	CDI + 0,97%aa 9,43%	BRL 0	-BRL 3.156

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

As operações de derivativos são realizadas a fim de proteger o caixa da Companhia. A contratação dos derivativos é realizada com bancos "Investment Grade" com "expertise" necessária para as operações. A Companhia tem por política não negociar e/ou contratar derivativos especulativos.

Análise de sensibilidade suplementar sobre instrumentos financeiros

Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

Vide abaixo análise de sensibilidade nas dívidas da Companhia estabelecida através da projeção das despesas financeiras para os próximos 12 meses de acordo com a curva futura dos indicadores divulgada pela BM&F.

Ativos	Risco	Cenários projetados - Dez.2017			
		Base 31/12/2016	Provável	Adverso	Remoto
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução da SELIC	1.867	34	26	17
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Redução do CDI	131.470	4.170	3.172	2.146
Caixa, equivalentes de caixa e TVMs	Pre-fixado	2.491	-	-	-
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Pre-fixado	(136.741)	(10.020)	(10.020)	(10.020)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da TJLP	(178.606)	(16.368)	(18.966)	(20.987)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Selic	(90.109)	(8.253)	(9.564)	(10.858)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do CDI	(385.913)	(80.672)	(91.722)	(102.493)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta do IPCA	(284.585)	(33.988)	(38.456)	(42.223)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	Alta da Libor	(3.737)	23	(951)	(1.695)
			(145.074)	(166.481)	(186.113)

29. Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia acontecerão nos valores de R\$ 2.705.219 em 2017, R\$ 2.939.024 em 2018, R\$ 3.273.337 em 2019, R\$ 3.222.897 em 2020 e R\$ 72.529.529 após 2020.

30. Participação nos resultados

O montante dessa participação no período de janeiro a dezembro de 2016 foi de R\$ 14.201 (R\$ 13.349 em 31 de dezembro de 2015).

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)**

31. Cobertura de seguros

Os principais ativos em serviço da Companhia estão segurados por uma apólice de risco operacional e também o seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do Grupo Enel Brasil.

Riscos	Data de vigência		Importância segurada	Limite máximo de garantia sinistro
	De	Até		
Risco operacional	01/11/2016	31/10/2017	R\$ 895.787	R\$ 159.055
Responsabilidade civil	01/11/2016	31/10/2017	N/A	R\$ 636.220

32. Revisão extraordinária da Coelce

Foi aprovado em 27 de fevereiro de 2015, a Revisão Extraordinária da Coelce. A revisão teve como objetivo repassar às tarifas os descasamentos observados entre custos reais e a cobertura tarifárias do encargo da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e dos custos de compra de energia. O reajuste médio aprovado para a Coelce foi de 10,28%.

32.1 Revisão tarifária periódica definitiva

Os Submódulos 2 dos Procedimentos de Regulação Tarifária – PRORET definem as metodologias e os procedimentos gerais para realização das Revisões Tarifárias Periódicas das Concessionárias de Distribuição de Energia Elétrica - CRTP.

As metodologias são periodicamente rediscutidas e na época da revisão tarifária da Coelce ainda não haviam sido aprovadas.

Em 28 de Abril, 2015, a Aneel aprovou, mediante a resolução 660/2015, nova metodologia de revisão tarifária do 4ª ciclo de revisões tarifárias. Com esta aprovação, foi possível estimar o valor que será reembolsado à Coelce no próximo reajuste tarifário.

A Aneel homologou o resultado definitivo da quarta Revisão Tarifária Periódica – RTP da Companhia Energética do Ceará – Coelce, por meio da resolução nº 2.061, de 12 de abril de 2016, cujos seus efeitos foram incluídos no reajuste de 2016.

32.2 Composição da base de remuneração regulatória

Para a avaliação dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, visando à definição da base de remuneração do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica - CRTP vigente foram observadas as seguintes diretrizes:

- A base de remuneração aprovada no 3º CRTP é “blindada”. Entende-se como base blindada os valores aprovados por laudo de avaliação ajustados, incluindo as movimentações ocorridas (adições, baixas, depreciação) e as respectivas atualizações;

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

- b) As inclusões entre do 3º CRTP e da atual revisão tarifária, que ainda estavam em operação, compõem a Base Incremental e são avaliadas no processo de revisão tarifária;
- c) Os valores finais da avaliação são obtidos somando-se os valores atualizados da base de remuneração blindada (item a) com os valores das inclusões ocorridas entre as datas-base do segundo e terceiro ciclo de revisão tarifária – base incremental (item b);
- d) Considera-se como data-base do laudo de avaliação o último dia do sexto mês anterior ao mês da revisão tarifária do CRTP vigente;
- e) A base de remuneração deverá ser atualizada pela variação do IGP-M, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária.

Os ativos vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica somente são elegíveis a compor a Base de Remuneração Regulatória quando efetivamente utilizados no serviço público de distribuição de energia elétrica. São desconsiderados da base de remuneração aqueles ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória – BAR.

A tabela a seguir resume o cálculo da Base de Remuneração Regulatória, bem como da remuneração e quota de reintegração.

Descrição	Valor
(1) Ativo Imobilizado em Serviço (Valor Novo de Reposição)	6.476.569.208,89
(6) Depreciação Acumulada	2.916.479.765,33
(7) AIS Líquido (Valor de Mercado em Uso)	3.560.089.443,56
(8) Índice de Aproveitamento Depreciado	3.043.625,40
(9) Valor da Base de Remuneração (VBR)	3.557.045.818,16
(10) Almojarifado em Operação	2.589.185,91
(11) Ativo Diferido	0,00
(12) Obrigações Especiais Líquida	896.475.095,75
(13) Terrenos e Servidões	23.234.860,26
(14) Base de Remuneração Líquida	2.686.394.768,57
(15) Saldo RGR PLPT	64.011.966,68
(16) Saldo RGR Demais Investimentos	0,00
(19) RC sem Obrigações Especiais	321.971.418,87
(20) Remuneração de Obrigações Especiais	20.051.474,12
(21) Remuneração do Capital (RC)	342.022.892,99

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

32.3.Custo anual das instalações móveis e imóveis – CAIMI

O Custo Anual das Instalações Móveis e Imóveis, também denominado Anuidades, refere-se aos investimentos de curto período de recuperação, tais como os realizados em hardware, software, veículos, e em toda a infraestrutura de edifícios de uso administrativo.

Os ativos que compõem a Base de Anuidade Regulatória (BAR) não são considerados no Ativo Imobilizado em Serviço (AIS) que comporá a base de remuneração. Esses ativos são determinados como uma relação do AIS.

A tabela a seguir resume os valores relativos ao CAIMI.

Descrição	Valores
(1) Base de Anuidade Regulatória (BAR)	405.559.410,97
(2) Base de Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis adminis	182.501.734,93
(3) Base de Anuidade - Veículos (BARV)	48.667.129,32
(4) Base de Anuidade - Sistemas de Informática (BARI)	174.390.546,71
(5) Anuidade - Infraestrutura de imóveis e móveis administrativos (20.546.419,68
(6) Anuidade - Veículos (CAV)	9.935.742,07
(7) Anuidade - Sistemas de Informática (CAI)	43.594.017,25
(8) CAIMI = (5)+(6)+(7)	74.076.179,01

Aplicando-se as metodologias definidas no Módulo 2 do PRORET, que trata da revisão tarifária das concessionárias de distribuição de energia elétrica, a revisão tarifária da Coelce é sintetizada na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita requerida da concessionária, as outras receitas, os componentes financeiros e a receita verificada. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reposicionamento tarifário apresentado.

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Receita Requerida (R\$) - Provisória	Receita Requerida - (R\$) Final	Varição	Impacto na Revisão - Provisória	Impacto na Revisão - Final	Varição de Impacto
PARCELA A [Encargos+Transmissão+Energia]	2.567.027.151	2.595.677.642	1,12%	7,14%	7,95%	0,81%
Encargos Setoriais	585.877.893	587.074.507	0,20%	6,35%	6,39%	0,03%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	4.889.011	4.889.011	-	0,01%	0,01%	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (U S O)	126.560.722	126.560.722	-	-0,18%	-0,18%	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (D e c r .)	56.482.567	56.482.567	-	-0,08%	-0,08%	-
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (A C R)	222.327.688	222.327.688	-	6,28%	6,28%	-
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. - E E R	81.871.986	81.871.986	-	0,42%	0,42%	-
PROINFA	58.801.415	58.801.415	-	-0,10%	-0,10%	-
P&D, Efic.Energ e Ressarc.ICMS Sist.Isol.	34.832.740	36.029.354	3,44%	0,01%	0,05%	0,03%
Operador Nacional do Sistema	111.764	111.764	-	0,00%	0,00%	-
Custos de Transmissão	109.189.510	109.189.510	0,00%	1,25%	1,25%	0,00%
Rede Básica	79.952.115	79.952.115	-	1,08%	1,08%	-
Rede Básica Fronteira	20.213.959	20.213.959	-	0,15%	0,15%	-
Conexão	9.023.436	9.023.436	-	0,02%	0,02%	-
Custos de Aquisição de Energia	1.871.959.748	1.899.413.625	1,47%	-0,46%	0,32%	0,78%
PARCELA B	1.134.545.037	1.226.752.501	8,13%	-2,64%	-0,03%	2,60%
Custos Operacionais	575.284.322	632.381.506	9,93%	-1,92%	-0,30%	1,61%
Anuidades	52.408.622	72.820.894	38,95%	-0,16%	0,42%	0,58%
Remuneração	316.844.381	336.227.021	6,12%	-0,05%	0,49%	0,55%
Depreciação	173.400.737	173.220.660	-0,10%	-0,57%	-0,57%	-
Receitas Irrecuperáveis	42.417.533	48.016.594	13,20%	0,07%	0,23%	0,16%
Outras Receitas	-25.810.558	-35.914.174	39,15%	-0,01%	-0,29%	-0,29%
RT considerando a variação tarifária da RTE	4,50%	7,92%	3,42%	4,50%	7,92%	3,41%
Receita Requerida	3.701.572.187	3.822.430.144				
Componentes Financeiros do Processo Atual	6,67%	6,67%	0,00%			
RT com Financeiros	11,17%	14,59%	3,42%			
Fator X						
Componente Pd	1,59%	1,69%				
Componente T	0,44%	1,77%				

32.4.Reajuste Tarifário Anual

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL estabeleceu por meio da Resolução Homologatória nº 2.065, de 19 de abril de 2016, as tarifas de fornecimento de energia elétrica e de uso dos sistemas de distribuição da Coelce resultantes do processo de reajuste tarifário de 2016, cujo reajuste médio percebido pelos consumidores foi de 12,97%.

32.5.Resumo da Revisão Tarifária (ou Reajuste Tarifário)

O reajuste tarifário da Coelce é sintetizado na tabela a seguir, onde são apresentados todos os itens da receita da concessionária e os componentes financeiros. A tabela apresenta também o quanto cada item de receita contribui para o reajuste apresentado.

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	Variação	Participação no Reajuste	Participa ção na Receita
PARCELA A [Encargos+Transmissão+Energia]	10,70%	7,41%	68,14%
Encargos Setoriais	13,83%	2,17%	15,91%
Taxa de Fisc. de Serviços de E.E. – TFSEE	15,84%	0,02%	0,14%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (USO)	-29,98%	-1,00%	2,09%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Decr. 7945/2013)	9,20%	0,14%	1,48%
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (Conta-ACR)	4,38%	0,26%	5,57%
Encargos Serv. Sist. - ESS e Energ. Reserv. - EER	87,41%	1,93%	3,68%
PROINFA	44,12%	0,69%	1,99%
P&D, Efic. Energ e Ressarc. ICMS Sist. Isol.	14,34%	0,14%	0,96%
ONS	8,95%	0,00%	0,00%
Custos de Transmissão	-14,13%	-0,42%	2,29%
Rede Básica	-21,16%	-0,47%	1,54%
Rede Básica Fronteira	-2,95%	-0,02%	0,48%
Conexão	24,45%	0,06%	0,27%
Custos de Aquisição de Energia	11,20%	5,66%	49,95%
PARCELA B	7,83%	2,60%	31,86%
IRT considerando a variação tarifária da RTE		10,01%	100,00%

Efeito dos Componentes Financeiros do Processo Atual	6,91%
CVA em Processamento - Encargos Setoriais	-0,14%
CVA em Processamento - Energia comprada	5,36%
CVA em Processamento - Transmissão	0,07%
Saldo a Compensar CVA-Ano Anterior + Ajustes	-0,68%
Neutralidade dos Encargos	-0,10%
Repasse da sobrecontratação/exposição de energia REN nº 255/2007	-1,75%
Recálculo da sobrecontratação/exposição de energia de 2014/15	0,05%
Garantias financeiras na contratação regulada de energia (CCEAR)	0,04%
Financeiro de Reversão RTE - Energia	-0,57%
Financeiro de Reversão RTE - CDE Uso	-0,48%
Financeiro de Reversão RTE - CDE Energia	-0,23%
Ajuste Liminar Abrace	0,06%
Revisão dos cálculos da Postergação da RTP de 2011 (Despacho 1077/2015)	0,16%
Penalidade por descumprimento de meta de universalização	-0,12%
Ajuste Parcela A (Revisão Definitiva)	0,85%
Ajuste Parcela B (Revisão Definitiva)	2,73%
Recomposição custos incorridos (GGTF) pela não compensação 100% créditos ICMS (passivo)	1,11%
Recomposição custos incorridos (GGTF) pela não compensação 100% créditos ICMS (mar15 a fev 16)	0,38%
Revisão do cálculo da CVA Energia realizado em 2014 (Despacho 1.077/2015)	0,10%
Recálculo da CVA 2014, ajuste no Limite de Repasse da UTE Fortaleza (Despacho 1.077/2015)	0,07%
Efeito Econômico do Recálculo da RTP 2015	3,13%
Efeito da retirada dos Componentes Financeiros do Processo Anterior	-7,07%
Efeito Médio a ser percebido pelos Consumidores	12,97%

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

33. Conciliação do balanço patrimonial e da demonstração do resultado do exercício regulatório e societário

Apresentamos a seguir a reconciliação das informações apresentadas segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil, conforme comentado na Nota 4, com as informações regulatórias.

	31/12/2016			31/12/2015		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Ativo						
Circulante						
Caixa e equivalente de caixa	168.127	-	168.127	57.230	-	57.230
Títulos e valores mobiliários	2.408	-	2.408	7.262	-	7.262
Consumidores	799.536	-	799.536	766.333	-	766.333
Ativos financeiros setoriais	90.352	68.437	158.789	230.445	100.079	330.524
Subvenção CDE - desconto tarifário	271.330	-	271.330	259.489	-	259.489
Cauções e depósitos	44.562	-	44.562	24.888	-	24.888
Tributos a compensar	81.166	-	81.166	74.345	-	74.345
Serviço em curso	66.440	-	66.440	55.982	-	55.982
Instrumentos financeiros derivativos - swap	-	-	-	3.156	-	3.156
Outros créditos	84.827	-	84.827	87.328	-	87.328
Total do ativo circulante	1.608.748	68.437	1.677.185	1.566.458	100.079	1.666.537
Não circulante						
Consumidores	5.861	-	5.861	10.845	-	10.845
Ativos financeiros setoriais	-	166.607	166.607	73.226	202.548	275.774
Depósitos vinculados a litígios	37.800	-	37.800	41.844	-	41.844
Cauções e depósitos	26.986	-	26.986	25.831	-	25.831
Tributos a compensar	32.364	-	32.364	28.841	-	28.841
Tributos diferidos	93.085	72.541	165.626	111.238	55.295	166.533
Benefício fiscal	49.240	(49.240)	-	56.606	(56.606)	-
Outros créditos	1.618	-	1.618	1.168	-	1.168
Investimentos	-	5.752	5.752	-	5.839	5.839
Ativo indenizável (concessão)	1.103.190	(1.103.190)	-	889.932	(889.932)	-
Imobilizado	55.782	2.997.312	3.053.094	55.487	2.729.905	2.785.392
Intangível	1.909.191	(1.794.282)	114.909	1.748.244	(1.659.536)	88.708
Bens e atividades não vinculadas a concessão do serviço público	-	49.240	49.240	-	56.606	56.606
Total do ativo não circulante	3.315.117	344.740	3.659.857	3.043.262	444.119	3.487.381
Total do ativo	4.923.865	413.177	5.337.042	4.609.720	544.198	5.153.918

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/12/2016			31/12/2015		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Passivo						
Circulante						
Fornecedores	497.299	-	497.299	511.155	-	511.155
Empréstimos, financiamentos e debêntures	384.031	-	384.031	395.797	-	395.797
Salários, Provisões e encargos sociais	47.749	-	47.749	40.621	-	40.621
Obrigações fiscais	142.579	-	142.579	113.688	-	113.688
Dividendos a pagar	78.016	-	78.016	72.667	-	72.667
Taxas regulamentares	304.886	-	304.886	152.267	-	152.267
Benefícios pós-emprego	2.974	-	2.974	2.040	-	2.040
Outras obrigações	49.670	-	49.670	69.104	-	69.104
Passivos financeiros setoriais	-	49.745	49.745	-	130.291	130.291
Total do passivo circulante	1.507.204	49.745	1.556.949	1.357.339	130.291	1.487.630
Não circulante						
Fornecedores	8	-	8	6.765	-	6.765
Empréstimos, financiamentos e debêntures	695.660	-	695.660	901.531	-	901.531
Obrigações fiscais	12.770	-	12.770	14.135	-	14.135
Taxas regulamentares	66.079	-	66.079	49.967	-	49.967
Benefícios pós-emprego	93.748	-	93.748	85.396	-	85.396
Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	186.782	-	186.782	188.806	-	188.806
Outras obrigações	545	-	545	734	-	734
Tributos diferidos	-	108.160	108.160	-	120.385	120.385
Passivos financeiros setoriais	47.613	185.299	232.912	-	172.337	172.337
Total do passivo não circulante	1.103.205	293.459	1.396.664	1.247.334	292.722	1.540.056
Patrimônio líquido						
Capital social	554.946	-	554.946	442.946	-	442.946
Reserva de capital	358.671	-	358.671	358.671	-	358.671
Reserva de lucros	1.322.289	(120.418)	1.201.871	1.201.730	(87.831)	1.113.899
Outros resultados abrangentes	-	-	-	1.700	-	1.700
Reserva de reavaliação regulatória	-	190.391	190.391	-	209.016	209.016
Proposta de distribuição de dividendos adicionais	77.550	-	77.550	-	-	-
Total do patrimônio líquido	2.313.456	69.973	2.383.429	2.005.047	121.185	2.126.232
Total do passivo e patrimônio líquido	4.923.865	413.177	5.337.042	4.609.720	544.198	5.153.918

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/12/2016			31/12/2015		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Receita / ingresso						
Fornecimento de energia elétrica	5.399.477	100.156	5.499.633	4.778.332	447.061	5.225.393
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	132.426	-	132.426	100.909	-	100.909
Outras receitas	525.736	2.706	528.442	480.530	3.624	484.154
Ativos e passivos financeiros setoriais	(182.710)	(19.590)	(202.300)	538.320	(427.224)	111.096
Receita de construção	506.523	(506.523)	-	412.799	(412.799)	-
	6.381.452	(423.251)	5.958.201	6.310.890	(389.338)	5.921.552
Deduções da receita bruta						
Tributos e encargos						
ICMS	(1.320.675)	-	(1.320.675)	(1.231.703)	-	(1.231.703)
PIS-PASEP	(97.114)	-	(97.114)	(102.600)	-	(102.600)
Cofins	(447.311)	-	(447.311)	(472.537)	-	(472.537)
ISS	(328)	-	(328)	(204)	-	(204)
Encargos - Parcela "A"						
Programa de eficiência energética - PEE	(19.790)	-	(19.790)	(16.079)	-	(16.079)
Conta de desenvolvimento energético - CDE	(373.482)	-	(373.482)	(340.375)	-	(340.375)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(19.790)	-	(19.790)	(16.080)	-	(16.080)
Taxa de fiscalização	(5.516)	-	(5.516)	(4.772)	-	(4.772)
Outros encargos	-	(80.566)	(80.566)	-	(466.651)	(466.651)
	(2.284.006)	(80.566)	(2.364.572)	(2.184.350)	(466.651)	(2.651.001)
Receita líquida / ingresso líquido	4.097.446	(503.817)	3.593.629	4.126.540	(855.989)	3.270.551
Custos não gerenciáveis - parcela "A"						
Energia elétrica comprada para revenda	(2.051.697)	-	(2.051.697)	(2.315.396)	343.867	(1.971.529)
Encargos de transmissão, conexão e distribuição	(174.224)	-	(174.224)	(198.199)	102.947	(95.252)
	(2.225.921)	-	(2.225.921)	(2.513.595)	446.814	(2.066.781)
Resultado antes dos custos gerenciáveis	1.871.525	(503.817)	1.367.708	1.612.945	(409.175)	1.203.770

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

	31/12/2016			31/12/2015		
	Societário	Ajustes	Regulatório	Societário	Ajustes	Regulatório
Resultado antes dos custos gerenciáveis	1.871.525	(503.817)	1.367.708	1.612.945	(409.175)	1.203.770
Custos gerenciáveis - Parcela "B"						
Pessoal e administradores	(152.734)	-	(152.734)	(171.001)	-	(171.001)
Serviços de terceiros	(294.530)	-	(294.530)	(231.270)	-	(231.270)
Material	(18.991)	-	(18.991)	(45.719)	-	(45.719)
Arrendamentos e aluguéis	(13.021)	-	(13.021)	(15.141)	-	(15.141)
Seguros	(2.972)	-	(2.972)	(2.290)	-	(2.290)
Doações, contribuições e subvenções	(2.690)	-	(2.690)	(1.803)	-	(1.803)
Provisão créditos de liquidação duvidosa	(129.050)	-	(129.050)	(29.465)	-	(29.465)
Outras Provisões	(13.148)	-	(13.148)	(18.521)	-	(18.521)
Tributos	(828)	-	(828)	(727)	-	(727)
Depreciação e amortização	(156.750)	(34.820)	(191.570)	(144.262)	(24.121)	(168.383)
Outros despesas operacionais	(70.472)	977	(69.495)	(39.212)	(9.080)	(48.292)
Receita de multa por imp pontualidade de clientes	46.617	(46.617)	-	39.881	(39.881)	-
Outras receitas operacionais	2.706	(2.706)	-	3.624	(3.624)	-
Custo de construção	(506.523)	506.523	-	(412.799)	412.799	-
	(1.312.386)	423.357	(889.029)	(1.068.705)	336.093	(732.612)
Resultado da atividade	559.139	(80.460)	478.679	544.240	(73.082)	471.158
Resultado financeiro						
Receitas financeiras	154.199	(6.233)	147.966	153.607	8.371	161.978
Despesas financeiras	(227.200)	(1.356)	(228.556)	(257.496)	(20.065)	(277.561)
Resultado antes dos impostos sobre o lucro	486.138	(88.049)	398.089	440.351	(84.776)	355.575
Imposto de renda	(45.953)	27.085	(18.868)	(38.861)	26.422	(12.439)
Contribuição social	(47.128)	9.752	(37.376)	(38.420)	6.370	(32.050)
Lucro do exercício	393.057	(51.212)	341.845	363.070	(51.984)	311.086
Lucro por ação originado das operações	5,0486		4,3908	4,6634		3,9957
Básico - lucro de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	3,7385		2,5847	3,4533		2,3522
Detentores de ações ordinárias	3,1170		2,7109	2,8792		2,4669
Detentores de ações preferencias - Classe A	1,8321		1,5934	1,6923		1,4500
Detentores de ações preferencias - Classe B	0,0995		0,0865	0,0919		0,0788
Diluído - lucro de operações						
Atribuíveis a acionistas controladores	3,7385		2,5847	3,4533		2,3522
Detentores de ações ordinárias	3,1170		2,7109	2,8792		2,4669
Detentores de ações preferencias - Classe A	1,8321		1,5934	1,6923		1,4500
Detentores de ações preferencias - Classe B	0,0995		0,0865	0,0919		0,0788

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)**

A seguir apresentamos a natureza e as devidas fundamentações dos ajustes apresentados no quadro acima:

33.1. Ativos e passivos regulatórios

Para fins regulatórios, a Conta de Compensação de Variação de Custos da “Parcela A” é constituída pelo valor de reposição dos custos da Parcela “A” ocorridos em períodos intercalares às datas de reajuste/revisão tarifária por natureza (CVA Energia, Custo de Itapu, Proinfa, Rede Básica, Transporte Itapu, ESS, CDE, CFURH e os demais ativos e passivos regulatórios), sendo a sua classificação contábil apresentada no ativo, quando CVA é credora, e no passivo, quando esta é devedora. Para fins societários, a Companhia, com base no CPC 38 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração reconhece o efeito líquido da CVA tanto em contas patrimoniais como no resultado do período, baseada no fundamento de que a sua realização ocorrerá pelo valor líquido total, independente da natureza.

Tanto para fins regulatórios como para o societário a atualização monetária da CVA ocorre pela SELIC e é apurada entre os períodos intercalares às datas de reajuste/revisão tarifária sendo reconhecidos como receita ou despesa financeira.

As movimentações contábeis entre as contas de Receita (Fornecimento de energia elétrica, Encargo do consumidor, e Valores a receber de Parcela A e outros itens financeiros) e de Custo não gerenciáveis parcela – “A” (Energia elétrica comprada para revenda, e Encargos de uso do sistema de transmissão / distribuição) tomam por base a orientação constante no Ofício Circular 185/2015 - SFF ANEEL e o MCSE.

- a) MCSE: A receita de fornecimento faturado de energia é composta de energia elétrica, inclusive proveniente da aplicação das Bandeiras Tarifárias, para a unidade consumidora com fim residencial, industrial, comercial, rural, poder público, iluminação pública e serviço público.
- b) Ofício Circular 185/2015: O reconhecimento de repasse à/da CCRBT deve ser registrado como encargo do consumidor em contrapartida a energia elétrica comprada para revenda, e encargos de uso do sistema de transmissão/distribuição.
- c) Despacho 245/2016: determina que as recuperações de despesas oriundas de custos com compra de energia devem ser registradas como receita de CVA e não como recuperação de custos (tratamento societário).

No societário, o repasse à CCRBT aprovado no Despacho, bem como a proveniente de bandeiras tarifárias, comentados acima são registrados como receita CVA.

33.2. Tributos diferidos

As diferenças de classificação contábil apresentadas no quadro de reconciliação das demonstrações contábeis societárias para a regulatórias ocasionaram em estornos na constituição de tributos diferidos sobre ágio na incorporação de sociedade controladora e o resultado financeiro do IFRIC 12, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)**

33.3. Ativos financeiros da concessão

Para fins societários a Companhia reconhece a expectativa de direito incondicional de receber caixa (indenização) tomando por base o laudo de avaliação dos bens vinculados à concessão, acrescido da atualização monetária dos saldos tomando por base a variação mensal do IGP-M até março de 2015 e IPCA a partir de abril. A alteração no critério de atualização monetária comentado seguiu as orientações da Resolução Normativa nº 686 de 23 de novembro de 2015.

Estes lançamentos na contabilidade societária foram realizados em atendimento ao disposto na ICPC 01 – Contratos de Concessão (“ICPC 01”), mas que para fins de contabilidade regulatória tais práticas não são adotadas e desta forma, apresenta-se ajustes nesta conciliação de saldos contábeis societários e regulatórios.

O valor correspondente a parcela indenizável da concessão está classificada como Imobilizado ou vinculado a concessão diferentemente do societário que apresenta este montante como um ativo financeiro e não um ativo não monetário.

33.4. Imobilizado

33.4.1. Reavaliação compulsória

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição (“VNR”) atribuído na reavaliação do ativo pelo Órgão Regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL nº 396/2009.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei no 11.638/2007 – conforme disposto no Ativo CPC 27 - Imobilizado. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade societária e regulatória.

33.4.2. Depreciação

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de depreciação dos ativos que tiveram reavaliação regulatória.

33.5. Intangível

33.6. Reavaliação compulsória

Os ajustes decorrem dos montantes realizados pela depreciação e baixa de ativos mensurados pelo Valor Novo de Reposição – VNR atribuído na reavaliação do ativo pelo órgão regulador (ANEEL), segundo a Resolução ANEEL no 396/09.

A reavaliação de ativos não é permitida para a contabilidade societária, desde a adoção da Lei no 11.638/07 – conforme disposto no CPC 04 – Ativo Intangível. Desta forma, o ajuste decorre da divergência de práticas entre a contabilidade Societária e regulatória.

33.7. Amortização

Os ajustes são decorrentes da realização mensal das cotas de amortização dos ativos que tiveram reavaliação regulatória.

**Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)**

34. Efeitos de contabilização de contratos de concessão (ICPC 01)

34.1. Ativo financeiro

Conforme comentado na Nota 33.3, no regulatório não é constituído o ativo financeiro da concessão estando este montante refletido no valor residual dos bens vinculados a concessão no imobilizado/intangível, enquanto que para fins do ICPC 01 este montante deve ser reclassificado para um ativo financeiro devido a sua natureza contábil de conversibilidade em caixa ao final da concessão (indenização).

34.2. Ativo intangível

Conforme comentado na Nota 33.5, no Regulatório os bens vinculados a concessão estão classificados no Imobilizado ou Intangível a depender da classificação do bem ser tangível ou intangível. Contudo, para fins de ICPC 01, o valor dos bens vinculados a concessão passam a ser considerados com um direito de cobrar dos clientes usuários do serviço de distribuição objeto do contrato de concessão ou do órgão regulador a remuneração do custo de construção e manutenção desses ativos.

34.3. Receita e custo de construção (resultado)

Para fins societários, a Companhia contabiliza receitas e custos relativos a serviços de construção ou melhoria da infraestrutura utilizada na prestação dos serviços de distribuição de energia elétrica em atendimento ao CPC 17 (R1) - Contratos (serviços de construção ou melhoria). A margem de construção adotada é estabelecida como sendo igual à zero, considerando que: (i) a atividade fim da Companhia é a distribuição de energia elétrica; (ii) toda receita de construção está relacionada com a construção de infraestrutura para o alcance da sua atividade fim; e (iii) a Companhia terceiriza a construção da infraestrutura com partes não relacionadas.

No que tange à contabilidade regulatória tal prática não foi recepcionada pela ANEEL, que não reconhece ser os custos do investimento, custo e receita de construção.

34.4. Remuneração do ativo financeiro (resultado)

A atualização monetária do ativo financeiro constituído no societário, toma por base a variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA"). O critério de atualização monetária comentado seguiu as orientações da Resolução Normativa nº 686 de 23 de novembro de 2015, que dispõe que a base de remuneração dos ativos das concessionárias vinculados à concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica, deverá ser atualizada pela variação do IPCA, entre a data-base do laudo de avaliação e a data da revisão tarifária anual.

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

34.5. Imposto de renda e contribuição social diferidos (resultado)

Conforme comentado na Nota 33.2 os ajustes entre as demonstrações do resultado societária com a regulatória são decorrentes de mudanças no resultado do período, como a do IFRIC 12, tendo ocasionados mudanças na apuração dos tributos diferidos. A base de cálculo desses tributos tem apenas sua evidenciação na contabilidade societária, pois não fora recepcionada pelo órgão regulador, bem como sobre os tributos diferidos relativos à reavaliação regulatória.

34.6. Benefício do ágio

O ágio oriundo da operação de incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada.

O registro contábil consistiu na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da reserva de ágio (reserva de capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a Companhia. Para recompor o resultado de cada período, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo período.

Conforme MCSE, o referido valor é apresentado como “Bens e Atividades Não Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica”.

35. Conciliação do patrimônio líquido societário e regulatório 2016 e 2015

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Patrimônio líquido societário	2.313.456	2.005.047
Efeito dos ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Reavaliação regulatória compulsória	190.391	209.016
Reserva de reforço de capital de giro	(120.418)	(87.831)
Patrimônio líquido regulatório	<u>2.383.429</u>	<u>2.126.232</u>

Conforme comentado nas Notas 33.4.1 e 33.5.1, a reavaliação regulatória compulsória originou a diferença entre o valor contábil e o VNR, tendo como base a última revisão tarifária da companhia. Esta reavaliação tomou por base os termos da Resolução nº 396/10, que especifica que o registro desta deve ser feito no Grupo 243.01 - Patrimônio Líquido - Reserva de Reavaliação. A variação evidenciada entre os ciclos de revisão tarifária decorre da realização das quotas de depreciação, baixas efetuadas nos ativos imobilizados que foram reavaliados pelo Órgão Regulador, quando da última revisão tarifária e a realização dos impostos diferidos.

Em função dos ajustes comentados nos itens anteriores a reserva de capital de giro é impactada pela a diferença existente no lucro societário para regulatório, conforme conciliação no quadro a seguir:

Companhia Energética do Ceará - COELCE
CNPJ nº 07.047.251/0001-70

Notas explicativas às demonstrações contábeis regulatórias
em 31 de dezembro de 2016 e 2015
(Em milhares de reais)

36. Conciliação do lucro líquido societário e regulatório 2016 e 2015

	<u>31/12/2016</u>	<u>31/12/2015</u>
Lucro líquido societário	393.057	363.070
Efeito dos Ajustes entre contabilidade societária versus regulatória		
Atualização do ativo financeiro da concessão (ICPC 01)	(52.850)	(51.408)
Glosa - BRR	386	450
Depreciação e amortização sobre a reserva de reavaliação regulatória	(27.839)	(24.571)
Tributos sobre as diferenças de práticas contábeis (ICPC 01)	17.969	17.479
Tributos sobre a reserva de reavaliação regulatória	9.594	8.761
Reserva de reavaliação regulatória	(379)	(1.198)
Outros	1.907	(1.497)
Lucro líquido regulatório	<u>341.845</u>	<u>311.086</u>

O detalhamento acerca destas variações encontra-se comentado na Nota 33.

Fortaleza – CE, 28 de Abril de 2017

Abel Alves Rochinha: Diretor Presidente

José Távora Batista: Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira: Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Carlos Ewandro Naegele Moreira: Diretor de Recursos Humanos e Organização

José Nunes de Almeida Neto: Diretor de Relações Institucionais

Janaina Savino Vilella Carro: Diretora de Comunicação

José Alves Mello Franco: Diretor de Regulação

Margot Frota Cohn Pires: Diretora de Compras

Déborah Meirelles Rosa Brasil: Diretora Jurídica

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira: Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle

Márcia Sandra Roque Vieira Silva: Diretora de Mercado

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, a Administração da Companhia Energética do Ceará - Coelce submete à apreciação dos senhores o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Companhia, com os pareceres dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2016 e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Todas as comparações realizadas neste relatório levam em consideração dados consolidados em relação ao mesmo período de 2015, exceto quando especificado em contrário. Os dados operacionais marcados com (*) não foram auditados pela auditoria independente BDO RCS Auditores Independentes S.S.

AMBIENTE REGULATÓRIO

Bandeiras Tarifárias

A partir janeiro de 2015, as contas de energia incorporaram os efeitos do Sistema de Bandeiras Tarifárias. O sistema possui três bandeiras: verde, amarela e vermelha, que indicam se a energia custará mais ou menos, em função das condições de geração de eletricidade.

Bandeira verde: condições favoráveis de geração de energia. A tarifa não sofre nenhum acréscimo;

Bandeira amarela: condições de geração menos favoráveis.

Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;

De 01/03/2015 à 31/01/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 2,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos;

A partir de 01/02/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 1,50 para cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumidos.

Bandeira vermelha: condições mais custosas de geração.

Até 28/02/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 3,00 para cada 100 kWh consumidos,

De 01/03 até 31/08/2015 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 5,50 para cada 100 kWh consumidos e

De 01/09/2015 à 31/01/2016 - A tarifa sofre acréscimo de R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos.

A partir de 01/02/2016 - A tarifa passou a ter dois patamares de acréscimo (R\$ 3,00 ou R\$ 4,50 para cada 100 kWh consumidos).

Reajuste Tarifário Anual

De acordo com seu contrato de concessão, a Companhia teve o reajuste tarifário em 22 de abril de 2016. O reajuste tarifário médio foi de 12,97%, conforme homologado na Resolução Homologatória nº 2.065, de 19 de abril de 2016, com vigência até 21 de abril de 2017.

Redução do Preço-Teto do Preço de Liquidação das Diferenças (PLD)

Em 25 de novembro de 2014, a ANEEL aprovou novos limites do PLD de 2015. Reduziu o limite máximo de R\$823/MWh para R\$388/MWh e incrementou o limite mínimo de R\$16/MWh para R\$30/MWh. A decisão foi o resultado de um amplo debate, que teve início com a Consulta Pública n.º 09/2014 e, posteriormente, a Audiência Pública n.º 54/2014. Os novos preços passaram a vigorar a partir da primeira semana de janeiro de 2015.

Em 15 de dezembro de 2015, a Resolução Homologatória n.º 2.002 da Aneel definiu os valores limites do PLD de 2016. O PLD máximo foi fixado em R\$ 422,56 /MWh e o valor mínimo em R\$ 30,25/MWh. Esses limites passaram a vigorar em 1º de Janeiro de 2016.

DESEMPENHO OPERACIONAL
NÚMERO DE CONSUMIDORES (UNIDADES)*

	2016	2015	Var. %
Mercado Cativo	3.416.431	3.377.952	1,1%
Residencial - Convencional	1.783.475	1.799.209	-0,9%
Residencial - Baixa Renda	847.212	811.364	4,4%
Industrial	5.876	5.908	-0,5%
Comercial	174.337	176.638	-1,3%
Rural	558.013	538.147	3,7%
Setor Público	47.518	46.686	1,8%
Clientes Livres	152	72	>100,0%
Industrial	71	39	82,1%
Comercial	81	33	>100,0%
Revenda	2	2	-
Subtotal - Consumidores Efetivos	3.416.585	3.378.026	1,1%
Consumo Próprio	401	402	-0,2%
Consumidores Ativos sem Fornecimento	472.776	379.152	24,7%
Total - Número de Consumidores	3.889.762	3.757.580	3,5%

A Coelce encerrou 2016 com um incremento de 3,5% em relação ao número de consumidores registrado em 2015. O acréscimo observado entre os períodos analisados está concentrado na classe residencial (convencional e baixa renda) e rural, com mais 20.114 e 19.866 novos consumidores*, respectivamente.

Essa evolução reflete o crescimento vegetativo do mercado cativo da Coelce, impulsionado pelo crescimento econômico do Estado do Ceará. Nos últimos 12 meses, os investimentos para conexão de novos clientes à rede da Companhia totalizaram o montante de R\$ 327 milhões*.

VENDA E TRANSPORTE DE ENERGIA (GWH)*

	2016	2015	Var. %
Mercado Cativo	10.260	10.145	1,1%
Clientes Livres	1.355	1.220	11,1%
Total - Venda e Transporte de Energia	11.615	11.365	2,2%

O volume total de venda e transporte de energia na área de concessão da Coelce no ano de 2016 apresentou um incremento de 250 GWh em relação ao ano de 2015. Este crescimento é resultado de um efeito conjunto da (i) evolução observada no mercado cativo da Companhia de 115 GWh, e de (ii) um maior volume de energia transportada para os clientes livres no ano de 2016, 135 GWh superior ao registrado em 2015. Essa energia transportada gera uma receita para a Coelce através da TUSD – Tarifa do Uso do Sistema de Distribuição.

VENDA DE ENERGIA NO MERCADO CATIVO (GWH)*

	2016	2015	Var. %
Residencial - Convencional	3.191	2.915	9,5%
Residencial - Baixa Renda	1.054	1.108	-4,9%
Industrial	1.056	1.205	-12,4%
Comercial	2.159	2.165	-0,3%
Rural	1.340	1.354	-1,0%
Setor Público	1.460	1.398	4,4%
Total - Venda de Energia no Mercado Cativo	10.260	10.145	1,1%

A venda de energia no mercado cativo da Companhia apresentou uma evolução de 1,1% no ano de 2016 quando comparado com 2015. O principal fator que ocasionou essa evolução no consumo foi o crescimento vegetativo do mercado cativo de 1,1%, que adicionou 38.479 novos consumidores* à base comercial cativa da Companhia.

INDICADORES OPERACIONAIS E DE PRODUTIVIDADE*

	2016	2015	Var. %
DEC 12 meses (horas)	8,81	12,26	-28,1%
FEC 12 meses (vezes)	5,04	6,81	-26,0%
Perdas de Energia 12 meses (%)	12,54%	12,50%	0,04 p.p
Índice de Arrecadação 12 meses (%)	98,57%	98,17%	0,40 p.p
MWh/Colaboradores Próprios e Terceiros*	1.549	1.643	-5,7%
Consumidor/Colaboradores Próprios e Terceiros*	519	543	-4,5%
PMSO (1)/Consumidor	166,34	142,37	16,8%
Número Total de Colaboradores - Próprios e Terceiros	7.497	6.919	8,4%

(1) PMSO: Pessoal, Material, Serviços e Outros

Os indicadores DEC e FEC medem a qualidade do fornecimento de energia do sistema de distribuição da Coelce. Ambos os indicadores apresentaram melhoria em 2016 comparado a 2015, explicados principalmente, pelos efeitos de 2015 relacionados as interrupções ocorridas na Rede Básica (eventos externos e não geridos pela Companhia), mas que impactam o fornecimento de energia na área de distribuição da Coelce.

A Coelce investiu R\$ 54 milhões* em qualidade do sistema no ano de 2016, e R\$ 35 milhões* no combate às perdas.

ENDIVIDAMENTO E LIQUIDEZ
INDICADORES DE ENDIVIDAMENTO

	2016	2015	Var. %
Dívida bruta (R\$ mil)	1.079.691	1.294.172	-16,6%
(-) Caixa, Equivalentes e Aplicações Financ. (R\$ mil)	170.535	64.492	>100,0%
Dívida líquida (R\$ mil)	909.156	1.229.680	-26,1%
Dívida Bruta / EBITDA(1)*	1,51	1,88	-19,7%
EBITDA(1) / Encargos de Dívida(1)*	5,57	5,46	2,0%
Dívida bruta / (Dívida bruta + PL)	0,32	0,39	-18,9%
Dívida líquida / (Dívida líquida + PL)	0,28	0,38	-25,8%

(1) EBITDA e Encargo de Dívida acumulado nos últimos 12 meses;

A dívida bruta da Coelce encerrou o ano de 2016 em R\$ 1.080 milhões, uma redução de R\$ 214 milhões em relação a 2015. A variação da dívida bruta deve-se, basicamente, as novas captações de dívidas (R\$ 145 milhões de financiamento com funding de repasse de recursos do BNDES), em conjunto com a correção monetária de 28 milhões e provisão de encargos de R\$ 126 milhões, parcialmente compensados, por amortizações e pagamento de encargos ocorridos entre os períodos comparados, que alcançaram respectivamente R\$ 390 milhões e R\$ 125 milhões.

A Coelce encerrou 2016 com o custo médio da dívida de 13,19% a.a., ou CDI - 0,76% a.a.

Colchão de Liquidez

Para se precaver de qualquer necessidade emergencial de caixa, em 31 de dezembro de 2016, a Companhia tinha a seu dispor R\$ 50 milhões em limites abertos de conta garantida para utilização em operações de curto prazo.

Classificação de Riscos (Rating)

Em março de 2016, a agência classificadora de risco de crédito corporativo Standard & Poor's reafirmou os ratings na Escala Nacional Brasil de longo e curto prazos 'brAA-/brA-1', respectivamente, atribuídos à Companhia. A perspectiva do rating de longo prazo é negativa.

INVESTIMENTOS

INVESTIMENTOS (R\$ MIL)*

	2016	2015	Var. %
Novas Conexões	327.439	176.875	85,1%
Rede	89.416	83.963	6,5%
Combate às Perdas	35.419	35.764	-1,0%
Qualidade do Sistema Elétrico	53.997	48.199	12,0%
Outros	147.863	107.191	37,9%
Varição de Estoque	(28.615)	83.745	<-100,0%
Total Investido	536.103	451.774	18,7%
Aportes / Subsídios	(23.464)	(25.107)	-6,5%
Investimento Líquido	512.639	426.667	20,1%

* A classificação dos investimentos em 2016 foi alterada, e como consequência a reclassificação de 2015.

Os investimentos realizados pela Coelce em 2016 alcançaram R\$ 536 milhões, um incremento de R\$ 84 milhões em relação ao ano anterior. O maior volume de investimentos em 2016 foi direcionado a novas conexões, que representaram cerca de 61% de todo o valor investido no período mencionado.

Excluindo os aportes e subsídios, os investimentos líquidos realizados pela Coelce atingiram R\$ 513 milhões em 2016.

RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES

Prêmio Abradee 2016 - Eleita pela Abradee (Associação Brasileira de Distribuidoras de Energia Elétrica) a melhor distribuidora de energia do Brasil pela sexta vez. Na 18ª edição do Prêmio Abradee, a Coelce recebeu também o primeiro lugar na categoria "Responsabilidade Social".

Prêmio CIER 2016 - Premiada com a Categoria Bronze no setor elétrico pelo Índice de Satisfação com a Qualidade Percebida (ISQP/ISCAL), através do Prêmio CIER 2016. Além disso, a companhia conquistou também a maior evolução nos atributos de Responsabilidade Social, garantindo seu segundo prêmio na mesma edição.

Prêmio Delmiro Gouveia – Promovido pelo jornal o Povo, a Coelce foi premiada com o 3º lugar nas maiores empresas do Ceará e 4º lugar nas melhores em desempenho social.

Prêmio "Valor Inovação Brasil" - Eleita a melhor empresa de inovação do setor elétrico brasileiro, no ranking "Valor Inovação Brasil", realizado em parceria entre o jornal Valor Econômico e a Consultoria Strategy&.

Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental - Recebeu o Prêmio FIEC por Desempenho Ambiental, que tem por objetivo reconhecer as iniciativas e a atuação das empresas em prol da preservação do meio ambiente. O destaque da 12ª edição da premiação foi o projeto Conta Verde, iniciativa que ajuda o cliente a compensar a emissão de CO2 por meio da troca de resíduos sólidos com descontos na conta de luz.

Prêmio Eloy Chaves 2016 – Terceiro lugar no prêmio promovido pela Associação Brasileira de Companhias de Energia Elétrica (ABCE), o qual destaca as práticas de segurança do trabalho.

Prêmio Capacete Dourado - Conquistou o prêmio por investir em práticas de segurança no trabalho. Oferecido pela MSA - The Safety Company, o objetivo da premiação é incentivar profissionais e empresas a adotarem ações para prevenir acidentes, entre elas, o uso correto dos capacetes industriais.

RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL

Em 2016 a Coelce reafirmou seu compromisso com o desenvolvimento socioeconômico do estado e reforçou também seu foco na sustentabilidade. Seu planejamento estratégico é executado a partir das perspectivas dos principais públicos de relacionamento: acionistas, clientes, colaboradores e sociedade. Neste ano, o programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, atuou para promover o consumo consciente e o acesso à energia a todas as pessoas, impulsionar o desenvolvimento socioeconômico local, agregar ferramentas para melhoria da qualidade da educação de crianças e jovens, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades onde está inserido.

A Coelce conta com diversos projetos, todos apoiados pelo Enel Compartilha Liderança em Rede, que tem como objetivo ser o interlocutor da empresa com as comunidades atendidas, de modo a facilitar o entendimento das necessidades e expectativas das comunidades para o desenvolvimento dos projetos.

Além do Programa Enel Compartilha, a Coelce conta com outros programas socioambientais, que em 2016 beneficiaram mais de 1,75 milhão de pessoas em todo estado do Ceará, com um investimento de R\$ 33,8 milhões. Com os recursos aplicados, permitiu-se oferecer aos cearenses – clientes e colaboradores, projetos de impacto relevante em suas vidas, especialmente para as comunidades de baixa renda, público-alvo dos seus projetos. Entre os projetos realizados no ano, destacam-se:

Ecoenel Ceará: São realizadas parcerias com recicladores para que os clientes da empresa possam trocar resíduos por bônus da conta de luz. O projeto favorece a conscientização sobre o uso adequado dos recursos ambientais, incentivando a reciclagem e o uso consciente da energia.

Plataforma Sinfonia do Amanhã: Programa criado a fim de se aprimorar e fortalecer o campo da educação musical nas áreas de atuação da Enel no Brasil com a criação de uma rede entre instituições e projetos de educação musical apoiadas pela companhia no país, proporcionando o desenvolvimento e a conexão entre as 18 escolas participantes do programa.

Luz Solidária Ceará: É um projeto de crowdfunding onde os clientes das empresas de distribuição da Enel recebem um incentivo em desconto nas lojas varejistas parceiras do programa para mudar um equipamento elétrico de sua casa por outro mais eficiente (como ar condicionados, geladeiras, freezer). Neste programa, o cliente também concorda em entregar o antigo para a reciclagem e em contribuir financeiramente para um projeto social.

Enel Compartilha Consumo Consciente: Para promover o acesso à energia, o programa vai até a casa das pessoas ou em espaços comunitários onde elas se reúnem para dialogar sobre o uso sustentável da energia elétrica e de outros recursos. Esse programa que apoia a difusão do consumo consciente de energia, conta também com carretas customizadas com maquetes, jogos e animação sobre energia e meio ambiente, que ficam abertas ao público em praças públicas, promove concursos e sorteios de troca de equipamentos, como lâmpadas e geladeiras e ainda realiza visitas em escolas.

Enel Compartilha Oportunidade: O programa promove o desenvolvimento social e econômico das regiões onde a empresa atua. Desenvolve projetos de capacitação para o mercado de trabalho para jovens e adultos nas comunidades do entorno onde atua, cria redes de empregadores com as empresas contratadas em sua cadeia de valor e com outras empresas da região, emprega alguns desses jovens em suas atividades e identifica outras oportunidades de emprego, encaminhando-os e acompanhando seu desenvolvimento profissional.

Enel Compartilha Empreendedorismo: O programa desenvolve e apoia projetos que potencializam o desenvolvimento econômico de pessoas e grupos em comunidades de baixa renda, estimulando a formação de redes e associações produtivas comunitárias, apoiando-os na qualificação de seus produtos, na criação de canais de venda, na formação para gestão e desenvolvimento de mercado, respeito ao meio ambiente e possível aporte de estrutura e insumos.

Rede do Bem – Programa de voluntariado Enel Brasil: Desde 2012 a Rede do Bem promove ações de voluntariado, a fim de estimular a cidadania e criar um ambiente de cooperação entre os colaboradores da empresa com as comunidades. Em 2015 foi lançada a nova plataforma online do programa, que deu aos voluntários mais autonomia e interatividade dentro da Rede do Bem. Em 2016 com a plataforma já consolidada, teve como destaque o Troca de talentos, módulo destinado ao compartilhamento de conhecimento dos voluntários sejam eles técnicos ou pessoais. Mais de 40 talentos foram publicados na plataforma.

Programa de Cultura da Sustentabilidade “Ser – Sustentabilidade em Rede”: Lançado em 2015, com o objetivo de criar e difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor, o programa promove ações focadas na transformação dos espaços, dos processos e das pessoas na empresa. Em 2016, temas como direitos humanos, voto consciente, controle financeiro e cuidados com o meio ambiente, foram abordados nos quatro meses dedicados aos pilares Ser Humano, Ser, Social, Ser Ambiental e Ser econômico.

Além disso, a empresa manteve seus processos certificados pelas normas ISO 9001, ISO 14001 e OHSAS 18001.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Nos termos da Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, destacamos que a Companhia firmou contrato com a BDO RCS Auditores Independentes, para prestação de serviços de auditoria de suas Demonstrações Financeiras Anuais, revisões das suas informações trimestrais e a certificação dos números apresentados nas demonstrações contábeis regulatórias (DCR) para um período de 1 (um) ano, assim como contratou serviços de procedimentos previamente acordados para atender ao Despacho nº 514, da Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira – SFF, da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, relativo ao Relatório de Controle Patrimonial - RCP.

A política de atuação da Companhia, bem como das demais empresas do Grupo Enel quanto à contratação de serviços não-relacionados à auditoria junto ao auditor independente, se fundamenta nos princípios que preservam a independência do auditor independente.

INFORMAÇÕES CORPORATIVAS

Composição da Diretoria

- Abel Alves Rochinha - Diretor Presidente
- José Távora Batista - Diretor de Operações de Infra-Estrutura e Redes
- Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira - Diretor Financeiro e de Relações com Investidores; Diretor Administrativo e de Planejamento e Controle
- Carlos Ewandro Naegle Moreira - Diretor de Recursos Humanos e Organização
- José Nunes de Almeida Neto - Diretor de Relações Institucionais
- Janaina Savino Vilella Carro - Diretora de Comunicação
- José Alves Mello Franco - Diretor de Regulação
- Margot Frota Cohn Pires - Diretora de Compras
- Déborah Meirelles Rosa Brasil - Diretora Jurídica
- Márcia Sandra Roque Vieira Silva - Diretora de Mercado

Composição do Conselho de Administração

Conselheiros Efetivos:

- Mário Fernando de Melo Santos
- Carlo Federico Vladimirovic Zorzoli
- Monica Hodor
- Ramón Francisco Castañeda Ponce
- Gianluca Caccialupi
- Cristine de Magalhães Marcondes
- Francisco Honório Pinheiro Alves
- Fernando Antonio de Moura Avelino
- Fernando Augusto Macedo de Melo
- Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira

Conselheiros Suplentes:

- Carlos Ewandro Naegle Moreira
- José Nunes de Almeida Neto
- Maria Eduarda Fischer Alcure
- Teobaldo José Cavalcante Leal
- José Távora Batista
- Cargo Vago
- Marcia Massotti de Carvalho
- Cesario Macedo de Melo Neto
- Dilma Maria Toledo
- Nelson Ribas Visconti

Composição do Conselho Fiscal

Conselheiros Efetivos

- Jorge Parente Frota Junior
- Antonio Cleber Uchoa Cunha
- Alciney Correa Vieira

Conselheiros Suplentes

- Aldemir Ferreira de Paula Augusto
- José Aldro Luiz de Oliveira
- Thiago Freitas Rodrigues

Contador Responsável

Anderson Francelino Muniz – CRC RJ – 116126/O-8

Relações com Investidores

Aurelio Ricardo Bustilho de Oliveira – Diretor Financeiro e de Relações com Investidores

Isabel Regina Barroso de Alcantara – Responsável por Relações com Investidores

brasil.investorrelations@enel.com

Fortaleza, 22 de Fevereiro de 2017.

A Administração